



TRIBUNAL DE CONTAS ESTADO DO AMAZONAS

Diário Oficial Eletrônico

■ Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - Yara Amazônia Lins Conselheira-Presidente | www2.tce.am.gov.br ■



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Ephigênio Salles, 1155 - Aleixo, Manaus - AM, 69057-050.
Horário de funcionamento: 07 ÀS 15H

Contato:
(92) 3301-8180
doe@tce.am.gov.br



Sumário

TRIBUNAL PLENO	3
PAUTAS	3
DESPACHOS.....	26
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	30
PORTARIAS	30
ADMINISTRATIVO	31
DESPACHOS.....	51
CAUTELARES	53
ESCOLA DE CONTAS.....	62
EDITAIS.....	63

Percebeu Irregularidade?

DENUNCIE
VOCÊ TAMBÉM PODE AJUDAR

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

- ☎ (92) 98815-1000
- 🌐 ouvidoria.tce.am.gov.br
- ✉ ouvidoria@tce.am.gov.br
- 📍 Av. Efigênio Salles, nº 1155, Parque Dez de Novembro, Cep: 69055-736, Manaus-AM





TRIBUNAL PLENO

PAUTAS

PAUTA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SRA. YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES, EM SESSÃO DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2025.

JULGAMENTO ADIADO

CONSELHEIRO JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

1) PROCESSO Nº 15801/2023

Com vista para: Procurador João Barroso de Souza

Assunto: Representação Medida Cautelar

Obj.: Representação com Pedido de Medida Cautelar Interposta pela Empresa Trivale Instituição de Pagamento Ltda. Em Desfavor da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão - Semad, Para Apuração de Possíveis Irregularidades no Pregão Eletrônico Nº 266/2022-cml/pm.

Órgão: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão – Semad

Representante: Trivale Instituição de Pagamento Ltda.

Representado: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão - Semad, Ebenezer Albuquerque Bezerra

Interessado(s): Câmara Municipal de Manaus - Cmm, Ivan Correia da Silva, Victor Fabian Soares Cipriano, Prover Promocao de Vendas Instituicao de Pagamento Ltda, Comissão Municipal de Licitação, Carlyle Wallace Cortezao Soares

Procurador(a): Carlos Alberto Souza de Almeida

Advogado(a): Wanderley Romano Donadel - 78870, Paulo dos Anjos Feitoza Neto - 8330

2) PROCESSO Nº 16424/2023

Anexos: 14199/2022, 14619/2022, 14617/2022, 14872/2020, 14871/2020, 14873/2020, 14870/2020, 10358/2023 e 14874/2020

Com vista para: Procurador João Barroso de Souza

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo o Ministério Público Junto Ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas Em Face do Acórdão Nº 2347/2023 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 10.358/2023.

Órgão: Secretaria de Estado da Educação e Desporto - Seduc

Interessado(s): Anderson Jose de Sousa, Igor Arnaud Ferreira, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva, Fábio Nunes Bandeira de Melo, Bruno Vieira da Rocha Barbirato, Camila Pontes Torres, Ministério Público de Contas, Any Gresy Carvalho da Silva

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

CONSELHEIRO CONV. MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

1) PROCESSO Nº 10587/2015

Anexos: 13021/2016

Com vista para: Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa

Assunto: Representação Irregularidades na Administração Municipal

Obj.: Representação Interposta pelo Exm.º Sr. José Airton Freitas Siqueira, Vereador, Solicitando Auditoria nas Contas do Regime Próprio de Previdência do Município de Caruaru.

Órgão: Prefeitura Municipal de Caruaru

Representante: José Airton Freitas Siqueira

Representado: Bruno Luis Litaiff Ramalho, Raimundo Nonato da Silva Viana, Etevaldo Avelino Lobo, Paulo Vinícius Ferreira da Silva, Antonio Ademir Silva do Carmo, Francisco Costa dos Santos, Antonio Ademir Silva do Carmo

Procurador(a): Carlos Alberto Souza de Almeida

2) PROCESSO Nº 13021/2016

Com vista para: Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa

Assunto: Denúncia Demanda de Ouvidoria

Obj.: Apuração de Supostas Irregularidades Praticadas pela Prefeitura e pela Câmara Municipal de Caruaru, no Regime Próprio de Previdência Municipal pelo Não Recolhimento das Contribuições dos Servidores Efetivos.

Órgão: Câmara Municipal de Caruaru

Interessado(s): Prefeitura Municipal de Caruaru

Procurador(a): Carlos Alberto Souza de Almeida

3) PROCESSO Nº 13240/2021





Anexos: 13241/2021

Com vista para: Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho

Assunto: Prestação de Contas Anual Administração Direta Estadual

Obj.: Prestação de Contas do Sr. Marco Aurélio de Mendonça, Secretário de Estado de Infra-estrutura - Seinfra, Exercício de 2005. (processo Físico Originário N° 1824/2006)

Órgão: Secretaria de Estado de Infraestrutura - Seinfra

Ordenador: Marco Aurelio de Mendonca

Interessado(s): Carlos Alberto Barros de Vasconcelos, Fernando Elias Prestes Goncalves, Secretaria de Estado de Infraestrutura - Seinfra

Procurador(a): Ademir Carvalho Pinheiro

Advogado(a): Juarez Frazão Rodrigues Júnior - 5851

AUDITOR MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

1) PROCESSO Nº 12301/2020

Com vista para: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto

Assunto: Tomada de Contas Especial de Convênio Parceladas

Obj.: Tomada de Contas do Sr. Ivon Rates da Silva Referente a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Parcelas do Termo de Convênio N°18/2014 Firmado Entre a Seduc e a Prefeitura Municipal de Envira

Órgão: Secretaria de Estado da Educação e Desporto - Seduc

Interessado(s): Ivon Rates da Silva, Prefeitura Municipal de Envira, Secretaria de Estado da Educação e Desporto - Seduc

Procurador(a): Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Advogado(a): Sonally Rates Pinheiro - 13268

2) PROCESSO Nº 12326/2020

Com vista para: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto

Assunto: Tomada de Contas Especial

Obj.: Tomada de Contas Especial do Sr. Ivon Rates da Silva Referente Ao Termo de Convênio N° 03/2014 Firmado Entre a Secretaria de Estado de Educação e Cultura - Seduc e a Prefeitura Municipal de Envira

Órgão: Secretaria de Estado da Educação e Desporto - Seduc

Interessado(s): Selt - Indústria Comércio Ltda, Rotina Construções e Comércio Ltda, Leonardo Oliveira Rodrigues, Prefeitura Municipal de Envira, Karla Souza Barreto, Juliana Ferreira, Ivon Rates da Silva, Secretaria de Estado da Educação e Desporto - Seduc, Rossieli Soares da Silva, José Elenildo da Silva Melo

Procurador(a): Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Advogado(a): Sonally Rates Pinheiro - 13268

AUDITOR ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR

1) PROCESSO Nº 12072/2022

Com vista para: Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho

Assunto: Prestação de Contas Anual Poder Executivo dos Municípios do Interior

Obj.: Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Itamarati, de Responsabilidade do Sr. João Medeiros Campelo, Exercício de 2021.

Órgão: Prefeitura Municipal de Itamarati

Ordenador: João Medeiros Campelo

Interessado(s): Cristiano Alexandre Pissolato, Tribunal Pleno Tce/am

Procurador(a): João Barroso de Souza

Advogado(a): Juarez Frazão Rodrigues Júnior - 5851

2) PROCESSO Nº 11292/2023

Com vista para: Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho

Assunto: Prestação de Contas Anual Poder Legislativo dos Municípios

Obj.: Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Manaquiri, de Responsabilidade da Sra. Maria das Gracas Araujo de Freitas, Exercício de 2022

Órgão: Câmara Municipal de Manaquiri

Ordenador: Maria das Gracas Araujo de Freitas

Interessado(s): Maria Rita Lima de Moraes

Procurador(a): Elizângela Lima Costa Marinho

3) PROCESSO Nº 10871/2024

Anexos: 10083/2020

Com vista para: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto

Assunto: Recurso Ordinário

Obj.: Recurso Ordinário, Interposto pelo Sr. Marco Aurélio de Mendonça Em Face do Acórdão N° 2459/2023- Tce- Segunda Câmara, Exarado nos Autos do Processo N° 10083/2020.





Órgão: Secretaria de Estado de Infraestrutura – Seinfra

Interessado(s): Marco Aurélio de Mendonça

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

Advogado(a): Juarez Frazão Rodrigues Júnior - 5851

4) PROCESSO Nº 11157/2024

Anexos: 13971/2022

Com vista para: Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Jander Paes de Almeida Em Face do Acórdão Nº 2376/2023 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 13.971/2022.

Órgão: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã

Interessado(s): Jander Paes de Almeida

Procurador(a): Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Advogado(a): Isaac Luiz Miranda Almas - 12199

5) PROCESSO Nº 11732/2024

Com vista para: Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa

Assunto: Representação Demanda Ouvidoria

Obj.: Representação Oriunda da Manifestação no 532/2023- Ouvidoria, Interposta pela Secex Em Desfavor do Sr. Renato Marinho Bezerra Júnior e Ana Cecilia Ortiz e Silva, Para Apuração de Possíveis Irregularidades Acerca de Suposta Violação Aos Princípios da Publicidade e Economicidade e Aos Deveres de Transparência Ativa e de Transparência na Gestão Fiscal.

Órgão: Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas - Ipem

Representante: Secex - Secretaria Geral do Controle Externo

Representado: Ana Cecilia Ortiz e Silva, Renato Marinho Bezerra Junior

Interessado(s): Secretaria-geral de Controle Externo - Secex

Procurador(a): Ademir Carvalho Pinheiro

6) PROCESSO Nº 12764/2024

Anexos: 15109/2021

Com vista para: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Senhor Valdenor Pontes Cardoso, Em Face do Acórdão Nº. 38/2024, Exarado nos Autos do Processo Nº. 15109/2021.

Órgão: Secretaria de Estado de Produção Rural - Sepror

Interessado(s): Valdenor Pontes Cardoso

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

Advogado(a): Juarez Frazão Rodrigues Júnior - 5851

JULGAMENTO EM PAUTA

CONSELHEIRO JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

1) PROCESSO Nº 11708/2015

Anexos: 14481/2016, 12558/2016, 12196/2016 e 11749/2016

Assunto: Representação Irregularidades na Administração Municipal

Obj.: Representação Interposta pelo Sr. Keitton Pinheiro, Vereador, Face Possíveis Irregularidades e Consequente Desvio de Finalidade na Execução do Decreto 414/2015 Que Trata do Estado de Emergência Financeira e Administrativa Daquele Município.

Órgão: Prefeitura Municipal de Coari

Representante: Câmara Municipal de Coari

Representado: Prefeitura Municipal de Coari

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

2) PROCESSO Nº 14481/2016

Assunto: Auditoria de Gestão Fiscal Relatório

Obj.: Relatório de Auditoria da Receita Pública Realizada no Município de Coari, Exercício 2015.

Órgão: Prefeitura Municipal de Coari

Interessado(s): Raimundo Nonato de Araujo Magalhães

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

Advogado(a): Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - 3149





3) PROCESSO Nº 12558/2016

Assunto: Representação Irregularidades na Administração Municipal

Obj.: Representação Formulada pelo Sr. Ernesto Costa, Contra o Sr. Raimundo Nonato de Araujo Magalhães, Prefeito Municipal de Coari.

Órgão: Prefeitura Municipal de Coari

Representante: Ernesto Costa

Representado: Prefeitura Municipal de Coari

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

4) PROCESSO Nº 12196/2016

Assunto: Representação Irregularidades

Obj.: Representação do Observatório Social de Coari, por Prática de Suposta Improbidade Administrativa Praticado pelo Prefeito Municipal de Coari, Sr. Raimundo Nonato de Araújo.

Órgão: Prefeitura Municipal de Coari

Representante: Observatório Social de Coari

Representado: Raimundo Nonato de Araújo

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

Advogado(a): Fernando Oliveira de Almeida - 9481

5) PROCESSO Nº 11749/2016

Assunto: Representação Irregularidades

Obj.: Representação Nº 12/2016-mp, Interposta pelo Procurador Dr. Evanildo de Santana Bragança, Contra o Município de Coari, por Suposto Desvio de Recursos Destinados a Saúde, com Fundamento Em Um Relatório Feito pelo Ex-diretor do Hospital Regional de Coari, Maaley Plácido de Andrade.

Órgão: Prefeitura Municipal de Coari

Representante: Evanildo Santana Bragança

Representado: Prefeitura Municipal de Coari

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

6) PROCESSO Nº 11407/2023

Assunto: Prestação de Contas Anual Administração Direta do Município de Manaus

Obj.: Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação - Semef, de Responsabilidade do Sr. Clecio da Cunha Freire, do Exercício 2022.

Órgão: Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação - Semef

Ordenador: Clecio da Cunha Freire

Interessado(s): Suani dos Santos Braga

Procurador(a): Carlos Alberto Souza de Almeida

7) PROCESSO Nº 11730/2023

Assunto: Prestação de Contas Anual Administração Indireta do Município de Manaus

Obj.: Prestação de Contas Anual do Fundo de Custeio Ao Plano de Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus, de Responsabilidade do Sr. Cesar Augusto Marques da Silva, do Exercício 2022.

Órgão: Fundo de Custeio Ao Plano de Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus

Ordenador: Cesar Augusto Marques da Silva

Interessado(s): Elton Bacuri Ribeiro, Rogerio Avelino

Procurador(a): Carlos Alberto Souza de Almeida

8) PROCESSO Nº 13959/2024

Anexos: 12096/2023 e 11445/2021

Assunto: Recurso Revisão

Obj.: Recurso de Revisão Interposto pelo Senhor Augusto Vieira do Nascimento, Em Face do Acórdão Nº. 406/2024, Exarado nos Autos do Processo Nº. 12096/2023.

Órgão: Câmara Municipal de Manicoré

Interessado(s): Augusto Vieira do Nascimento

Procurador(a): Elissandra Monteiro Freire Alvares

Advogado(a): Juarez Frazão Rodrigues Júnior - 5851

9) PROCESSO Nº 14296/2024

Anexos: 15800/2022 e 10111/2020

Assunto: Recurso Revisão

Obj.: Recurso de Revisão Interposto pelo Sr. Altener Lopes Magalhães Em Face do Acórdão 312/2023-tce-segunda Câmara, Exarado nos Autos do Processo Nº 15800/2022

Órgão: Prefeitura Municipal de Tabatinga





Interessado(s): Altenor Lopes Magalhães, Maria de Fatima Vieira da Silva

Procurador(a): Elissandra Monteiro Freire Alvares

Advogado(a): Maria Shaida de Oliveira Cordovil - 6580

10) PROCESSO Nº 15227/2024

Anexos: 12730/2021 e 13492/2022

Assunto: Recurso Revisão

Obj.: Recurso de Revisão Interposto pela Sra.delcilene Araújo da Silva Em Face do Acórdão Nº 1496/2021-segunda Câmara, Exarado nos Autos do Processo Nº 12730/2021-tce-am

Órgão: Secretaria de Estado de Infraestrutura - Seinfra

Interessado(s): Fundação Amazonprev, Delcilene Araujo da Silva, Paulo Macdowell Góes Neto, Paulo Mac Dowell Goes Filho, Paulo Macdowell Góes Neto

Procurador(a): Elizângela Lima Costa Marinho

Advogado(a): Paulo Mac Dowell Goes Filho - 4289

CONSELHEIRO ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

1) PROCESSO Nº 16698/2023

Anexos: 13639/2023 e 10406/2019

Assunto: Embargos de Declaração

Obj.: Recurso de Revisão Interposto pelo Sr. Carlos Alberto de Souza Nery Em Face do Acórdão Nº 2128/2023 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 13639/2023.

Órgão: Empresa Estadual de Turismo - Amazonastur

Interessado(s): Carlos Alberto de Souza Nery, Alcemir Pessoa Figliuolo Neto, Bruno da Cunha Moreira

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

2) PROCESSO Nº 14112/2024

Assunto: Embargos de Declaração

Obj.: Análise do Edital Nº 01/2024 com Objetivo de Prover 304 (trezentos e Quatro) Cargos Efetivos Para o Quadro da Prefeitura Municipal de Barcelos/am.

Órgão: Prefeitura Municipal de Barcelos

Interessado(s): Prefeitura Municipal de Barcelos, Edson de Paula Rodrigues Mendes, Fábio Nunes Bandeira de Melo, Bruno Vieira da Rocha Barbirato, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva, Secretaria-geral de Controle Externo - Secex, Instituto Merkabah

Procurador(a): Ademir Carvalho Pinheiro

3) PROCESSO Nº 14755/2024

Anexos: 16573/2021

Assunto: Embargos de Declaração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Nicson Marreira Lima Em Face do Acórdão Nº 2402/2023 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 16573/2021.

Órgão: Prefeitura Municipal de Tefé

Interessado(s): Prefeitura Municipal de Tefé, Isaac Luiz Miranda Almas, Nicson Marreira Lima

Procurador(a): Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Advogado(a): Any Gresy Carvalho da Silva - 12438, Mariana Pereira Carlotto - 17299, Regina Aquino Marques de Souza - 19308, Ageu de Oliveira Drumond Sardinha - 19505, Fernanda Galvao Bruno - 17549

4) PROCESSO Nº 17062/2019

Anexos: 16703/2020 e 12771/2023

Assunto: Denúncia Irregularidades

Obj.: Denúncia Interposta pelo Vereador Marcelo Augusto da Eira Corrêa, Em Face da Secretaria de Estado de Saúde - Susam, Acerca de Possíveis Irregularidades no Pregão Eletrônico Nº 918/2018 - Cgl

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - Ses

Interessado(s): Marcelo Augusto da Eira Correa, Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - Ses

Procurador(a): Ademir Carvalho Pinheiro

5) PROCESSO Nº 16415/2022

Assunto: Fiscalização de Atos de Gestão Apuração de Atos E/ou Contratos de Gestão

Obj.: Autuação de Processo Autônomo Sob Natureza de "fiscalização de Atos de Gestão", Em Cumprimento Ao Acórdão Nº 55/2022 - Tce - Tribunal Pleno e Despacho Nº 291/2022 - Secex do Processo Nº 11511/2021.

Órgão: Prefeitura Municipal de Guajará

Ordenador: Ordean Gonzaga da Silva

Interessado(s): Câmara Municipal de Guajará, Ministério Público do Estado do Amazonas

Procurador(a): Elissandra Monteiro Freire Alvares





Advogado(a): Fernando Fabrizio Chaves Fontao - 15585, Renato de Souza Pinto - 8794

6) PROCESSO Nº 11476/2023

Anexos: 12404/2023

Assunto: Prestação de Contas Anual Poder Executivo dos Municípios do Interior

Obj.: Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Japurá, de Responsabilidade do Sr. Vanilso Monteiro da Silva, do Exercício 2022 (fag Processo Nº 12404/2023).

Órgão: Prefeitura Municipal de Japurá

Ordenador: Vanilso Monteiro da Silva

Interessado(s): Dilson Marcos Kovalski

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

Advogado(a): Luiz Antonio de Araújo Cruz - 8611

7) PROCESSO Nº 12404/2023

Assunto: Fiscalização de Atos de Gestão Apuração de Atos E/ou Contratos de Gestão

Obj.: Apuração de Atos de Gestão Decorrente da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Japurá, de Responsabilidade do Sr. Vanilso Monteiro da Silva, do Exercício 2022 (processo Nº 11476/2023).

Órgão: Prefeitura Municipal de Japurá

Ordenador: Vanilso Monteiro da Silva

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

Advogado(a): Luiz Antonio de Araújo Cruz - 8611

8) PROCESSO Nº 12284/2024

Assunto: Prestação de Contas Anual Administração Direta Estadual

Obj.: Prestação de Contas Anual do Fundo Estadual de Apoio a Pessoa com Deficiência - Feapd, de Responsabilidade da Senhora Jussara Pedrosa Celestino da Costa, Ordenadora do Feapd, Referente Ao Exercício de 2023.

Órgão: Fundo Estadual de Apoio a Pessoa com Deficiência - Feapd

Ordenador: Janaina dos Santos Justo, Jussara Pedrosa Celestino da Costa

Interessado(s): Gleyciane Mendes Moreira, Edivan Pereira de Souza

Procurador(a): Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

9) PROCESSO Nº 14164/2024

Anexos: 13239/2022, 10146/2020 e 16403/2022

Assunto: Recurso Revisão

Obj.: Recurso de Revisão Interposto pela Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Fundação Amazonprev Em Face do Acórdão Nº 70/2023 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 13.239/2022.

Órgão: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - Idam

Interessado(s): João Nestor de Souza Hage, Fundação Amazonprev

Procurador(a): Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

10) PROCESSO Nº 16403/2022

Assunto: Recurso Revisão

Obj.: Recurso de Revisão Interposto pela Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Fundação Amazonprev Em Face do Acórdão Nº 1176/2022 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 13239/2022.

Órgão: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - Idam

Interessado(s): João Nestor de Souza Hage, Fundação Amazonprev

Procurador(a): Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

11) PROCESSO Nº 15005/2024

Anexos: 10467/2018

Assunto: Recurso Revisão

Obj.: Recurso Revisão com Pedido de Medida Cautelar Interposto pelo Sr. Robério dos Santos Pereira Braga, Em Face do Acórdão 642/2024-tce-segunda Câmara, Exarado nos Autos do Processo: Nº 10467/2018

Órgão: Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - Sec

Interessado(s): Robério dos Santos Pereira Braga, Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - Sec

Procurador(a): Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Advogado(a): Rosa Oliveira de Pontes Braga - 4231

12) PROCESSO Nº 16161/2024

Anexos: 11419/2019

Assunto: Recurso Revisão





Obj.: Recurso de Revisão Interposto pelo Sr. Paulo Henrique Castro Em Face do Acórdão Nº 121/2023 - Tce - Primeira Câmara, Exarado nos Autos do Processo Nº 11.419/2019.

Órgão: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - Idam

Interessado(s): Paulo Henrique de Castro, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - Idam

Procurador(a): Elissandra Monteiro Freire Alvares

Advogado(a): José Felipe Carvalho Nunes - 18721, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - 6897, Fábio Nunes Bandeira de Melo - 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - 6975

CONSELHEIRO MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

1) PROCESSO Nº 13114/2017

Anexos: 14884/2016

Assunto: Embargos de Declaração

Obj.: Tomada de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Maraã, Referente Ao Exercício de 2016, de Responsabilidade dos Srs. Cícero Lopes da Silva, Luiz Magno Praiano Moraes, Bethuel Pereira Brízido Filho e Marcilon de Castro Moraes (u.g.: 380).

Órgão: Prefeitura Municipal de Maraã

Ordenador: Luiz Magno Praiano Moraes, Cícero Lopes da Silva, Bethuel Pereira Brízido Filho, Marcilon Castro Moraes

Interessado(s): Maria de Nazare Marques de Almeida, Gleiciane Almeida da Silva, Ciciliane Almeida da Silva, Clécio Almeida da Silva, Prefeitura Municipal de Maraã, Secretaria-geral de Controle Externo - Secex, Câmara Municipal de Maraã

Procurador(a): Elizângela Lima Costa Marinho

Advogado(a): Juarez Frazão Rodrigues Júnior - 5851, Raimundo Moraes de Assis - 15828

2) PROCESSO Nº 10071/2021

Assunto: Representação Irregularidades na Administração Estadual

Obj.: Representação Apuratória Interposta pelo Ministério Público de Contas Contra Agentes do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), por Aparente Falta de Legalidade, de Eficiência e de Efetividade da Atuação Sancionatória e Fiscalizatória.

Órgão: Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - Ipaam

Representante: Ministério Público de Contas

Representado: Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - Ipaam

Interessado(s): Juliano Marcos Valente de Souza

Procurador(a): Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

3) PROCESSO Nº 13824/2022

Assunto: Denúncia Irregularidades

Obj.: Denúncia Interposta pelo Sr. Sinésio Campos Para Apurar Possíveis Irregularidades no Descarte de Efluentes de Resíduos Sólidos (chorume) e das Condições de Funcionamento do Aterro Sanitário de Manaus (aterro Controlado de Manaus - Acm)

Órgão: Secretaria Municipal de Limpeza Pública – Semulsp

Interessado(s): Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - Aleam, Secretaria Municipal de Limpeza Pública – Semulsp, Sebastiao da Silva Reis, Sinésio da Silva Campos, Altervi de Souza Moreira, Ministério Público do Estado do Amazonas

Procurador(a): Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

4) PROCESSO Nº 11973/2023

Assunto: Representação Demanda Ouvidoria

Obj.: Representação Oriunda da Manifestação Nº 57/2023- Ouvidoria, Interposta pela Secex Contra a Seduc e a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, Para Apuração de Possíveis Irregularidades Acerca de Acúmulo de Cargos de Servidores da Secretaria de Estado de Educação e Desporto - Seduc, Lotados no Município de São Gabriel da Cachoeira/am.

Órgão: Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira

Representante: Secex - Tce/am

Representado: Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, Secretaria de Estado da Educação e Desporto - Seduc, Everton Barbosa Farias, Jose Nilton dos Santos Barreto, Evalsi Conceicao dos Santos Ventura

Interessado(s): Clovis Moreira Saldanha, Ministério Público de Contas

Procurador(a): Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Advogado(a): Adriana Gomes Menezes - 17344, Daniel Sodrê Gurgel do Amaral - 7902

5) PROCESSO Nº 13569/2023

Anexos: 10722/2020, 12741/2023 e 10485/2018

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Odemilson Lima Magalhães Em Face do Acórdão Nº 3/2023 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 10722/2020.

Órgão: Secretaria de Estado da Educação e Desporto - Seduc

Interessado(s): Odemilson Lima Magalhães, Secretaria de Estado da Educação e Desporto - Seduc, Rossieli Soares da Silva





Procurador(a): Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Advogado(a): Alexander Simonette Pereira - 6139

6) PROCESSO Nº 12741/2023

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Rossieli Soares da Silva Em Face do Acórdão Nº 3/2023 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 10722/2020.

Órgão: Secretaria de Estado da Educação e Desporto - Seduc

Interessado(s): Rossieli Soares da Silva, Odemilson Lima Magalhães

Procurador(a): Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Advogado(a): Patrícia de Lima Linhares - 11193, Leda Mourao Domingos - 10276, Pedro Paulo Sousa Lira - 11414

7) PROCESSO Nº 14942/2023

Assunto: Representação Demanda Ouvidoria

Obj.: Representação Oriunda da Manifestação Nº 363/2023- Ouvidoria, Interposta pelo Sr. Carlos Alberto Machado Benaduce Em Desfavor da Prefeitura Municipal de Beruri Para Apuração de Possíveis Irregularidades Referente Às Contratações de Escritórios Prestadores de Serviços Jurídicos Para Recuperação de Receita de Royalties Junto À Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Anp.

Órgão: Prefeitura Municipal de Beruri

Representante: Carlos Alberto Machado Benaduce

Representado: Gustavo Freitas Macedo, Rubens Machado de Oliveira, Prefeitura Municipal de Beruri, Maria Lucir Santos de Oliveira

Procurador(a): Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Advogado(a): Vivian Paiva Tesch - 91210

8) PROCESSO Nº 14950/2023

Assunto: Representação Demanda Ouvidoria

Obj.: Representação Oriunda da Manifestação Nº 363/2023- Ouvidoria, Interposta pelo Sr. Carlos Alberto Machado Benaduce Em Desfavor da Prefeitura Municipal de Manacapuru Para Apuração de Possíveis Irregularidades Referente Às Contratações de Escritórios Prestadores de Serviços Jurídicos Para Recuperação de Receita de Royalties Junto À Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Anp.

Órgão: Prefeitura Municipal de Manacapuru

Representante: Carlos Alberto Machado Benaduce

Representado: Gustavo Freitas Macedo, Rubens Machado de Oliveira, Prefeitura Municipal de Manacapuru, Betanael da Silva Dangelo

Procurador(a): Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Advogado(a): Vivian Paiva Tesch - 91210

9) PROCESSO Nº 15679/2023

Assunto: Representação Irregularidades na Administração Municipal

Obj.: Representação Interposta pela Secex Em Desfavor do Sr. Nathan Macena de Souza Gestor do Município Careiro, Para Apuração de Possíveis Irregularidades Acerca de Violação À Obrigação de Remeter Folhas de Pagamentos e Dados Funcionais de Servidores.

Órgão: Prefeitura Municipal de Careiro

Representante: Secex - Secretaria Geral do Controle Externo

Representado: Nathan Macena de Souza, Prefeitura Municipal de Careiro

Procurador(a): Ademir Carvalho Pinheiro

Advogado(a): Mariana Pereira Carlotto - 17299, Tycianne Larissa de Vasconcelos Dias Marie - 10727, Isaac Luiz Miranda Almas - 12199

10) PROCESSO Nº 15818/2023

Assunto: Termo de Ajustamento de Gestão - Tag Contrato e Termos Aditivos

Obj.: Solicitação de Celebração de Tag com o Escopo de Aditivar, Extraordinariamente, Verba no Valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e Cinco Milhões) Para os Contratos Administrativos de Publicidade Institucional e Utilidade Pública.

Órgão: Secretaria de Estado de Comunicação Social – Secom

Interessado(s): Josiclecia Gomes Nogueira, Secretaria de Estado de Comunicação Social – Secom

Procurador(a): Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

11) PROCESSO Nº 15850/2023

Assunto: Representação Irregularidades

Obj.: Representação Interposta pela Secex Em Desfavor da Prefeitura de Manacapuru Para Apuração de Possíveis Irregularidades Acerca de Acumulos de Cargos de Servidores.

Órgão: Prefeitura Municipal de Manacapuru

Representante: Secex - Secretaria Geral do Controle Externo

Representado: Prefeitura Municipal de Manacapuru, Betanael da Silva Dangelo





Interessado(s): Iauapy Tribuzi Maraes Sobrinho, Altélicia Martins Matos, Iniandra Gomes Vieira, Luis Elmar Ferreira Feitoza, Jackeline Paixao da Silva, Maria Joyce da Silva Andrade, Raimunda de Jesus Franca da Silva, Ney dos Santos Souza, Sansao Tavares Guimaraes, Secretaria de Estado da Educação e Desporto - Seduc

Procurador(a): Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

12) PROCESSO Nº 10031/2024

Anexos: 11068/2021

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração, Interposto pelo Sr. Orlandino Torquato de Araújo, Em Face do Acórdão Nº 2102/2023-tce-tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 11068/2021.

Órgão: Câmara Municipal de Amaturá

Interessado(s): Orlandino Torquato de Araujo

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

Advogado(a): Simone Rosado Maia Mendes - 666

13) PROCESSO Nº 10532/2024

Assunto: Representação Irregularidades

Obj.: Representação Interposta pela Secex Em Face do Sr. Sebastião da Silva Reis, Secretário Municipal de Limpeza Urbana- Semulsp, Para Apuração de Possíveis Irregularidades no Âmbito do Termo de Contrato Nº 001/2023- Semulsp.

Órgão: Secretaria Municipal de Limpeza Pública – Semulsp

Representante: Secretaria-geral de Controle Externo - Secex

Representado: Secretaria Municipal de Limpeza Pública – Semulsp, Sebastiao da Silva Reis

Interessado(s): Murb Manutenção e Serviços Urbanos Ltda.

Procurador(a): Elizângela Lima Costa Marinho

14) PROCESSO Nº 11309/2024

Assunto: Representação Irregularidades

Obj.: Representação Interposta pelo Ministério Público de Contas Em Desfavor do Sr. Juliano Valente, Titular do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas- Ipaam e do Sr. Renato Frota Magalhães Jr, Titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Manaus- Seminf, Para Apuração de Responsabilidades por Possível Ilícitude e Má Gestão-ambientais.

Órgão: Secretaria Municipal de Infraestrutura – Seminf

Representante: Ministério Público de Contas

Representado: Secretaria Municipal de Infraestrutura - Seminf, Renato Frota Magalhaes, Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - Ipaam

Interessado(s): Juliano Marcos Valente de Souza

Procurador(a): Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

15) PROCESSO Nº 12278/2024

Assunto: Prestação de Contas Anual Administração Direta Estadual

Obj.: Prestação de Contas Anual da Secretaria de Governo - Segov, de Responsabilidade do Sr. Sérgio Paulo Monteiro Litaiff Filho, Gestor e Ordenador de Despesas À Época, Referente Ao Exercício de 2023.

Órgão: Secretaria de Governo - Segov

Ordenador: Sergio Paulo Monteiro Litaiff Filho

Interessado(s): Sergio de Lima Machado, Secretaria de Governo - Segov

Procurador(a): Ademir Carvalho Pinheiro

16) PROCESSO Nº 12340/2024

Assunto: Representação Demanda Ouvidoria

Obj.: Representação Oriunda da Manifestação Nº 26/2024- Ouvidoria, Interposta pelo Sr. Rodrigo Learth Junqueira Em Desfavor da Câmara Municipal de Manaus/am - Cmm, Para Apuração de Possíveis Irregularidades no Processo Licitatório Referente Ao Pregão Presencial Nº 026/2023-srp/cmm, Realizado pela Câmara Municipal de Manaus/am – Cmm.

Órgão: Câmara Municipal de Manaus - Cmm

Representante: Rodrigo Learth Junqueira

Representado: Câmara Municipal de Manaus - Cmm, Walder Barbosa dos Reis Junior, Waleska Holanda do Nascimento Ribeiro, Kleiton Isaac Sardo

Interessado(s): João Carlos dos Santos Mello, Roberto Tatsuo Nakajima Fernandes Neto

Procurador(a): Elissandra Monteiro Freire Alvares

Advogado(a): Daniel Ricardo do Carmo Ribeiro Fernandes - 7269, Illidio Barbosa Vieira de Carvalho Junior - 3860

CONSELHEIRO JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

1) PROCESSO Nº 10729/2018

Assunto: Representação Irregularidade na Administração Municipal





Obj.: Representação Interposta pela Secretaria Geral de Controle Externo -secex, Em Face do Sr. Romeiro José Costeira de Mendonça, Prefeito Municipal de Presidente Figueiredo, Em Razão da Ausência de Informações no Seu Portal Eletrônico e Respetivo Portal da Transparência

Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo

Representante: Secex - Tce/am

Representado: Romeiro José Costeira de Mendonça

Procurador(a): Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Advogado(a): Juarez Frazão Rodrigues Júnior - 5851

2) PROCESSO Nº 10225/2023

Assunto: Fiscalização de Atos de Gestão Apuração de Atos E/ou Contratos de Gestão

Obj.: Apuração de Atos de Gestão Em Cumprimento Ao Acórdão Nº. 672/2022- Tce-tribunal Pleno, Exarado no Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Ivon Rates da Silva Em Face do Acórdão Nº 795/2019- Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 11.689/2016 (processo 11.330/2020).

Órgão: Prefeitura Municipal de Envira

Interessado(s): Ivon Rates da Silva

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

Advogado(a): Sonally Rates Pinheiro - 13268

3) PROCESSO Nº 11997/2024

Assunto: Prestação de Contas Anual Administração Indireta dos Municípios do Interior

Obj.: Prestação de Contas Anual do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barreirinha - Saae, de Responsabilidade do Senhor Rodrigo Pimentel da Rocha, Diretor e Ordenador de Despesas À Época, Referente Ao Exercício 2023.

Órgão: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barreirinha - Saae

Ordenador: Rodrigo Pimentel Rocha

Interessado(s): Anilson Braz Pantoja, Gabriel de Souza Chagas, Luiz Franklin Chaves de Andrade

Procurador(a): Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

4) PROCESSO Nº 15574/2024

Anexos: 11261/2023

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Odemilson Lima Magalhães Em Face do Parecer Prévio Nº 77/2024 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 11.261/2023.

Órgão: Prefeitura Municipal de Beruri

Interessado(s): Odemilson Lima Magalhães

Procurador(a): Elissandra Monteiro Freire Alvares

Advogado(a): Alexander Simonette Pereira - 6139

CONSELHEIRO LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA

1) PROCESSO Nº 11405/2024

Anexos: 16216/2020, 16211/2020, 16212/2020, 16213/2020, 16214/2020, 16215/2020, 16210/2020, 16414/2022 e 13833/2021

Assunto: Embargos de Declaração

Obj.: Recurso de Revisão Interposto pela Sra. Ivete Tourinho Simão Em Face do Acórdão Nº 37/2024 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 16.414/2022.

Órgão: Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença

Interessado(s): Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença, Ivete Tourinho Simao

Procurador(a): Elissandra Monteiro Freire Alvares

2) PROCESSO Nº 13620/2023

Assunto: Fiscalização de Atos de Gestão Apuração de Atos E/ou Contratos de Gestão

Obj.: Apuração de Atos de Gestão Em Cumprimento Ao Acórdão Nº 75/2022-tce- Tribunal Pleno. Prestação de Contas Anual, do Sr. Andreson Adriano Oliveira Cavalcante, Responsável pela Prefeitura Municipal de Autazes, Referente Ao Exercício de 2018. (processo Nº 11779/2019)

Órgão: Prefeitura Municipal de Autazes

Ordenador: Andreson Adriano Oliveira Cavalcante

Interessado(s): Câmara Municipal de Autazes

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

Advogado(a): Adrimar Freitas de Siqueira Repolho - 8243, Antonio das Chagas Ferreira Batista - 4177, Fabricia Taliéle Cardoso dos Santos - 8446, Ayanne Fernandes Silva - 10351, Juarez Frazão Rodrigues Júnior - 5851

3) PROCESSO Nº 15970/2023

Assunto: Auditoria Acompanhamento





Obj.: Processo de Inspeção In Loco nas Prestações de Contas dos Termos de Fomento e Colaboração Celebrados pela Secretaria Municipal do Trabalho, Empreendedorismo e Inovação- Semtepi e Seus Respectivos Fundos, Referentes Aos Exercícios de 2015 a 2020.

Órgão: Secretaria Municipal do Trabalho, Empreendedorismo e Inovação - Semtepi

Interessado(s): Radyr Gomes de Oliveira Junior, Secretaria Municipal do Trabalho, Empreendedorismo e Inovação - Semtepi

Procurador(a): Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

4) PROCESSO Nº 12988/2024

Anexos: 14970/2020 e 14971/2020

Assunto: Recurso Ordinário

Obj.: Recurso Ordinário Interposto pelo Sr. Simão Peixoto Lima Em Face do Acórdão Nº 123/2024 - Tce - Primeira Câmara, Exarado nos Autos do Processo Nº 14970/2020.

Órgão: Prefeitura Municipal de Borba

Interessado(s): Simão Peixoto Lima

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

Advogado(a): Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - 3149

5) PROCESSO Nº 13636/2024

Anexos: 13123/2022

Assunto: Recurso Revisão

Obj.: Recurso de Revisão com Pedido de Medida Cautelar Interposto pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas-IPAAM, Em Face do Acórdão Nº 2524/2023-tce-tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 13123/2022.

Órgão: Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM

Interessado(s): Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

6) PROCESSO Nº 14887/2024

Assunto: Representação Irregularidades

Obj.: Representação Interposta pela Secretaria Geral de Controle Externo - Secex Em Face do Sr. André Luis Nunes Zogahib, Reitor da Universidade do Estado do Amazonas - UEA com o Intuito de Apurar Possível Irregularidade Acerca de Incompatibilidade de Horário Em Acúmulo de Cargos pelo Servidor Sr. Neuler André Soares de Almeida, Ocupante de Dois Cargos Públicos de Professor, Em Desacordo do Inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, Bem Como Possível Contrapartida Laboral Incompleta.

Órgão: Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Representante: Secretaria-geral de Controle Externo - Secex

Representado: Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA, Andre Luiz Nunes Zogahib, Neuler Andre Soares de Almeida

Procurador(a): Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

7) PROCESSO Nº 15016/2024

Anexos: 16426/2023

Assunto: Recurso Revisão

Obj.: Recurso de Revisão Interposto pela Fundo Previdenciario do Estado do Amazonas - Fundação Amazonprev Em Face do Acórdão Nº 300/2024 - Tce - Segunda Câmara, Exarado nos Autos do Processo Nº 16.426/2023.

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - SES

Interessado(s): Fundação Amazonprev, Genuino Francisco Dall Agnol

Procurador(a): Carlos Alberto Souza de Almeida

CONSELHEIRO CONV. MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

1) PROCESSO Nº 11692/2020

Assunto: Representação Irregularidades na Administração Municipal

Obj.: Representação Nº 008/2020 - Mpc-rmam, Interposta pelo Ministério Público de Contas, Em Face da Câmara Municipal de Manaus, Em Razão de Possíveis Episódios de Ilegitimidade e Antieconomicidade de Despesas Alusivas À Cota Para o Exercício de Atividade Parlamentar.

Órgão: Câmara Municipal de Manaus - CMM

Representante: Ministério Público de Contas

Representado: Câmara Municipal de Manaus - CMM

Interessado(s): Joelson Sales Silva

Procurador(a): Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

2) PROCESSO Nº 11410/2021

Anexos: 11415/2021, 11411/2021, 11412/2021, 11413/2021, 11414/2021, 11416/2021, 11417/2021, 11419/2021 e 11420/2021

Assunto: Contrato Prestação de Serviços





Obj.: Acompanhamento (documental e Físico) da Execução do Contrato 44/2010, Firmado Entre a Secretaria Estadual de Infraestrutura – Seinfra, Representada pela Sua Titular, À Época, Sra. Waldívia Ferreira Alencar, e a Construtora Andrade Gutierrez, Que Objetivou a Construção do Estádio Arena da Amazônia, no Valor Final de R\$ 623.857.919,03. (processo Físico Originário N° 3939/2010)

Órgão: Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - Seplancti

Ordenador: Waldívia Ferreira Alencar

Interessado(s): Ministério Público do Estado do Amazonas, Andrade Gutierrez Engenharia, Systra Engenharia e Consultoria Ltda., Jerocilio Roberto Simoes Alves da Silva, Ivete Coelho Dibo, Hudson Mar Simith de Oliveira, Alberto Saba Holanda, Francis Albert Gama Parente

Procurador(a): João Barroso de Souza

Advogado(a): Luiz Felipe Pinto Lima Graziano - 220932, Diogo Albaneze Gomes Ribeiro - 272.428

3) PROCESSO Nº 13566/2024

Anexos: 12065/2023

Assunto: Recurso Ordinário

Obj.: Recurso Ordinário Interposto pelo Sr. Jander Paes de Almeida Em Face do Acórdão N° 1196/2024 - Tce - Primeira Câmara, Exarado nos Autos do Processo N° 12065/2023.

Órgão: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã

Interessado(s): Jander Paes de Almeida

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

Advogado(a): Isaac Luiz Miranda Almas - 12199, Mariana Pereira Carlotto - 17299, Regina Aquino Marques de Souza - 19308, Giovanna Paes Ferreira - 19089, Ageu de Oliveira Drumond Sardinha - 19505

4) PROCESSO Nº 14270/2024

Anexos: 11017/2024

Assunto: Recurso Ordinário

Obj.: Recurso Ordinário Interposto pela Sra Celiana Martins Libório Em Face do Acórdão N° 1071/2024 - Tce - Primeira Câmara, Exarado nos Autos do Processo N° 11017/2024.

Órgão: Secretaria Municipal de Educação – Semed

Interessado(s): Celiana Martins Liborio, Manaus Previdência - Manausprev

Procurador(a): Elissandra Monteiro Freire Alvares

Advogado(a): Anne Lise Perin - 7447

5) PROCESSO Nº 15597/2024

Anexos: 16258/2021 e 11279/2019

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Senhor Geraldo Afonso Bindá da Costa, Em Face do Acórdão N°. 247/2023 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo N°. 11279/2019

Órgão: Câmara Municipal de Nhamundá

Interessado(s): Câmara Municipal de Nhamundá, Geraldo Afonso Bindá da Costa

Procurador(a): Elizângela Lima Costa Marinho

Advogado(a): Juarez Frazão Rodrigues Júnior - 5851

6) PROCESSO Nº 16292/2024

Anexos: 11793/2024

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pela Reche Galdeano & Cia Ltda Em Face do Acórdão N° 1498/2024 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo N° 11.793/2024.

Órgão: Casa Militar

Interessado(s): Reche Galdeano e Cia Ltda, Casa Militar, Centro de Serviços Compartilhados - Csc

Procurador(a): Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

Advogado(a): Ana Cristina Magalhães Santana Pinheiro - 16851, Alessandra de Oliveira Netto - 5176

AUDITOR MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

1) PROCESSO Nº 10499/2022

Anexos: 12080/2021, 12079/2021, 12081/2021 e 12078/2021

Assunto: Recurso Revisão

Obj.: Recurso de Revisão Interposto pelo Sr. Gean Campos de Barros Em Face do Acórdão N° 539/2018-tce-tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo N° 12079/2021

Órgão: Secretaria de Estado de Infraestrutura - Seinfra

Interessado(s): Gean Campos de Barros

Procurador(a): Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça





Advogado(a): Fábio Nunes Bandeira de Melo - 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - 6975, Camila Pontes Torres - 12280, Igor Arnaud Ferreira - 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - 6897

2) PROCESSO Nº 12081/2021

Assunto: Recurso Revisão

Obj.: Recurso de Revisão Interposto pela Sra. Waldivia Ferreira Alencar, Em Face do Acórdão Nº 388/2018- Tce- Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 2110/2017. (processo Físico Originário Nº 602/2019)

Órgão: Secretaria de Estado de Infraestrutura - Seinfra

Interessado(s): Waldivia Ferreira Alencar

Procurador(a): Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

3) PROCESSO Nº 10913/2023

Anexos: 16207/2021

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Daniel Pinto Borges Em Face do Acórdão Nº 1523/2022 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 16207/2021.

Órgão: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - Idam

Representado: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - Idam

Interessado(s): Daniel Pinto Borges, Valdenor Pontes Cardoso

Procurador(a): Carlos Alberto Souza de Almeida

Advogado(a): Richardson Martins Praia Braga - 4786, Lena G C Frederico Barbosa - 2980

4) PROCESSO Nº 10957/2023

Assunto: Prestação de Contas Anual Poder Legislativo dos Municípios

Obj.: Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Silves, de Responsabilidade do Sr. Thomaz Correa da Silva, Exercício de 2022

Órgão: Câmara Municipal de Silves

Ordenador: Thomaz Correa da Silva

Interessado(s): Ramon de Souza Lavor

Procurador(a): Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

5) PROCESSO Nº 13874/2023

Anexos: 10767/2017

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Adail José Figueiredo Pinheiro Em Face do Acórdão Nº 1303/2022 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 10767/2017.

Órgão: Prefeitura Municipal de Coari

Interessado(s): Adail Jose Figueiredo Pinheiro, Prefeitura Municipal de Coari, Kennedy Cortez da Silva, Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Coari/am

Procurador(a): João Barroso de Souza

Advogado(a): Fábio Nunes Bandeira de Melo - 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - 6975, Camila Pontes Torres - 12280, Igor Arnaud Ferreira - 10428

6) PROCESSO Nº 13875/2023

Anexos: 11308/2021

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. João Pereira Vasconcelos Em Face do Acórdão Nº 1610/2022 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 11308/2021.

Órgão: Câmara Municipal de Barreirinha

Interessado(s): Joao Pereira Vasconcelos, Câmara Municipal de Barreirinha.

Procurador(a): Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

7) PROCESSO Nº 15872/2023

Anexos: 10404/2018

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - Sema Em Face do Acórdão Nº 1080/2023 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 10404/2018.

Órgão: Prefeitura Municipal de Manaus - Pmm

Interessado(s): Eduardo Costa Taveira, Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA.

Procurador(a): Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

CONSELHEIRO CONV. LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES

1) PROCESSO Nº 14839/2023





Diário Oficial Eletrônico

■ Edição nº 3497 pág.16

Manaus, 17 de Fevereiro de 2025

Assunto: Embargos de Declaração

Obj.: Representação Interposta pelo Ministério Público de Contas Contra a Prefeitura Municipal de Benjamin Constant, Para Apuração de Possíveis Irregularidades Acerca da Falta de Inserção no Respectivo Portal de Transparência Daquele Município de Dados Referentes À Contratos, Dispensas de Licitações e Licitações Atinentes À Gestão do Município, Em Respeito Ao Princípio da Publicidade e Eficiência.

Órgão: Prefeitura Municipal de Benjamin Constant

Representante: Ministério Público de Contas

Representado: Prefeitura Municipal de Benjamin Constant

Interessado(s): Fábio Nunes Bandeira de Melo, Bruno Vieira da Rocha Barbirato, Any Gresy Carvalho da Silva, Igor Arnaud Ferreira, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva, David Nunes Bemerguy

Procurador(a): Elissandra Monteiro Freire Alvares

2) PROCESSO Nº 15257/2024

Anexos: 14707/2023

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Walder Ribeiro da Costa, Em Face do Acórdão Nº 1.140/2024-tce-tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 14.707/2023

Órgão: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itá

Interessado(s): Walder Ribeiro da Costa

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

Advogado(a): Monalisa Gadelha de Carvalho - 7154

AUDITOR LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES

1) PROCESSO Nº 10662/2023

Anexos: 11564/2019

Assunto: Embargos de Declaração

Obj.: Apuração de Atos de Gestão Em Cumprimento Ao Acórdão Nº 21/2022-tce- Tribunal Pleno Exarado na Apreciação da Prestação de Contas Anual da Prefeitura da Prefeitura Municipal de Nhamundá, Referente Ao Exercício de 2018.

Órgão: Prefeitura Municipal de Nhamundá

Ordenador: Gledson Hadson Paulain Machado

Interessado(s): Juarez Frazão Rodrigues Júnior, Prefeitura Municipal de Nhamundá, Secretaria-geral de Controle Externo - Secex

Procurador(a): Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

2) PROCESSO Nº 11650/2023

Assunto: Embargos de Declaração

Obj.: Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Ipixuna, de Responsabilidade da Sra. Maria do Socorro de Paula Oliveira, do Exercício de 2022 (fag Processo Nº 12376/2023).

Órgão: Prefeitura Municipal de Ipixuna

Ordenador: Maria do Socorro de Paula Oliveira

Interessado(s): Maria Rita Lima de Moraes, Camila Pontes Torres, Maria Priscila Soares Bahia, Kennedy Cortez da Silva, Any Gresy Carvalho da Silva, Igor Arnaud Ferreira, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva, Prefeitura Municipal de Ipixuna, Secretaria-geral de Controle Externo - Secex, Câmara Municipal de Ipixuna

Procurador(a): Ademir Carvalho Pinheiro

Advogado(a): Fábio Nunes Bandeira de Melo - 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - 6975

3) PROCESSO Nº 14151/2024

Assunto: Representação Medida Cautelar

Obj.: Representação com Pedido de Medida Cautelar Interposta pelo Ministério Público do Estado do Amazonas Em Face da Prefeitura Municipal de Uruçurituba, Acerca da Destinação de Vultuosas Quantias de Verbas Públicas Para Pagamento de Shows Musicais da Xix Festa do Cacau, Através das Empresas M a Produções de Eventos Ltda e N F Shows e Representações Ltda, Diante da Situação de Inúmeros Compromissos com Direitos Sociais Essenciais Não Atendidos, Especialmente nas Áreas de Saúde, Educação, Saneamento Básico e Infraestrutura do Município.

Órgão: Prefeitura Municipal de Uruçurituba

Representante: Kleyson Barroso, Ministério Público do Estado do Amazonas

Representado: Prefeitura Municipal de Uruçurituba, M a Producao de Eventos Limitada, Jose Claudenor de Castro Pontes

Procurador(a): Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Advogado(a): Camilla Trindade Bastos - 13957, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - 6897, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - 4331

4) PROCESSO Nº 14238/2024

Anexos: 12995/2019

Assunto: Recurso Ordinário





Obj.: Recurso Ordinário Interposto pelo Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia Em Face do Acórdão Nº 643/2024 - Tce - Segunda Câmara, Exarado nos Autos do Processo Nº 12.995/2019.

Órgão: Empresa Estadual de Turismo - Amazonastur

Interessado(s): Frank Luiz da Cunha Garcia, Prefeitura Municipal de Parintins, Orsine Rufino de Oliveira Junior

Procurador(a): Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

Advogado(a): Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - 6897, Camilla Trindade Bastos - 13957, Fábio Nunes Bandeira de Melo - 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - 6975, Andressa dos Santos Macedo - 13816, Camila Pontes Torres - 12280

5) PROCESSO Nº 14547/2024

Anexos: 14899/2023

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. José Augusto Ferraz de Lima Em Face do Acórdão Nº 391/2024 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 14.899/2023.

Órgão: Prefeitura Municipal de Iranduba

Interessado(s): Jose Augusto Ferraz de Lima

Procurador(a): Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Advogado(a): Isaac Luiz Miranda Almas - 12199, Any Gresy Carvalho da Silva - 12438, Ageu de Oliveira Drumond Sardinha - 19505

6) PROCESSO Nº 14548/2024

Anexos: 12309/2021 e 12306/2021

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pela Sra. Denise Farias de Lima Em Face do Acórdão Nº 1413/2023 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 12.306/2021.

Órgão: Prefeitura Municipal de Itapiranga

Interessado(s): Denise de Farias Lima

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

Advogado(a): Jerson Santos Alvares Junior - 17421, Bárbara Juliana Brito de Vasconcellos Dias - 15574

7) PROCESSO Nº 14596/2024

Assunto: Representação Irregularidades

Obj.: Representação Oriunda da Manifestação da Ouvidoria Nº344/2024 Interposta pelo Sr. Marcos Vinicius da Silva Diniz Em Face da Prefeitura de Novo Airão Acerca de Possíveis Irregularidades Quanto a Disponibilização de Editais de Licitação da Prefeitura.

Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Airão

Representante: Marcos Vinicius da Silva Diniz

Representado: Prefeitura Municipal de Novo Airão

Interessado(s): Marcio Lisboa Vargas, Roberto Frederico Paes Júnior

Procurador(a): Ademir Carvalho Pinheiro

8) PROCESSO Nº 14699/2024

Anexos: 13581/2023

Assunto: Recurso Ordinário

Obj.: Recurso Ordinário Interposto pelo Sr. Sérgio Mazzini Leite Filho Em Face do Acórdão Nº 652/2024 - Tce - Segunda Câmara, Exarado nos Autos do Processo Nº 13581/2023.

Órgão: Prefeitura Municipal de Maués

Interessado(s): Prefeitura Municipal de Maués, Sergio Mazzini Leite Filho

Procurador(a): Ademir Carvalho Pinheiro

Advogado(a): Sérgio Vital Leite de Oliveira - 9124, Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos - 9908

9) PROCESSO Nº 14730/2024

Anexos: 12682/2022

Assunto: Recurso Ordinário

Obj.: Recurso Ordinário Interposto pelo Sr. Saul Nunes Bemerguy Em Face do Acórdão Nº 1525/2024 - Tce - Primeira Câmara, Exarado nos Autos do Processo Nº 12.682/2022.

Órgão: Prefeitura Municipal de Tabatinga

Interessado(s): Saul Nunes Bemerguy

Procurador(a): Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Advogado(a): Camilla Trindade Bastos - 13957, José Felipe Carvalho Nunes - 18721, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - 6897, Fábio Nunes Bandeira de Melo - 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - 6975

10) PROCESSO Nº 14951/2024

Anexos: 11798/2023





Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pela Prefeitura Municipal de Nhamundá Em Face do Parecer Prévio N° 56/2024 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo N° 11798/2023.

Órgão: Prefeitura Municipal de Nhamundá

Interessado(s): Prefeitura Municipal de Nhamundá, Raimunda Marina Brito Pandolfo

Procurador(a): Elizângela Lima Costa Marinho

Advogado(a): Everson de Lima Conceição - 7002, Arthur de Souza Rego Tavares - 6428

11) PROCESSO N° 16218/2024

Anexos: 10822/2023

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Gean Campos de Barros Em Face do Acórdão N° 2593/2023 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo N° 10.822/2023.

Órgão: Prefeitura Municipal de Lábrea

Interessado(s): Gean Campos de Barros

Procurador(a): Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Advogado(a): Camila Pontes Torres - 12280, José Felipe Carvalho Nunes - 18721, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - 6897, Fábio Nunes Bandeira de Melo - 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - 6975

12) PROCESSO N° 16520/2024

Anexos: 10724/2023

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Adnilson Lima Reis, Em Face do Acórdão N° 1297/2024 - Tce Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo N° 10.724/2023.

Órgão: Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte

Interessado(s): Adenilson Lima Reis

Procurador(a): Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Advogado(a): Fábio Nunes Bandeira de Melo - 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - 6975, Camila Pontes Torres - 12280, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - 6897, José Felipe Carvalho Nunes - 18721

CONSELHEIRO CONV. ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR

1) PROCESSO N° 14225/2024

Anexos: 11399/2023

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Fábio Martins Saraiva Em Face do Acórdão N° 499/2023 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo N° 11399/2023.

Órgão: Câmara Municipal de Ipixuna

Interessado(s): Fabio Martins Saraiva

Procurador(a): Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Advogado(a): Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - 6897, Camilla Trindade Bastos - 13957, Fábio Nunes Bandeira de Melo - 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - 6975

AUDITOR ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR

1) PROCESSO N° 12371/2023

Assunto: Fiscalização de Atos de Gestão Apuração de Atos E/ou Contratos de Gestão

Obj.: Apuração de Atos de Gestão Decorrente da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Lábrea, de Responsabilidade do Sr. Gean Campos de Barros, do Exercício 2022 (processo N° 11795/2023).

Órgão: Prefeitura Municipal de Lábrea

Ordenador: Gean Campos de Barros

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

Advogado(a): Any Gresy Carvalho da Silva - 12438, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - 4331, Igor Arnaud Ferreira - 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - 6897

2) PROCESSO N° 12705/2023

Anexos: 13082/2017

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Ministério Público de Contas Em Face do Acórdão N° 426/2023- Tce- Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo N° 13082/2017.

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – Ses

Interessado(s): Ministério Público de Contas, Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – Ses, Bp Servicos de Esterilizacao Spe S.a.





Procurador(a): Elissandra Monteiro Freire Alvares

Advogado(a): Erika Roberta Régis da Silva - 4815, Fabricio Jacob Acris de Carvalho - 9145, Andreza Natacha Bonetti da Silva Franco - 16488, João Felipe Oliveira Reis - 16532, Carlos Henrique Andrade Santana - 18585, Gabriela Alves Eulalio - 58099

3) PROCESSO Nº 15635/2023

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Adenilson Lima Reis Em Face do Acórdão Nº 2128/2022 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 14447/2017.

Órgão: Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte

Interessado(s): Kennedy Cortez da Silva, Adenilson Lima Reis, Ministério Público de Contas, Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte

Procurador(a): Elizângela Lima Costa Marinho

4) PROCESSO Nº 16905/2023

Assunto: Representação Medida Cautelar

Obj.: Representação com Pedido de Medida Cautelar Interposta pelo Ministério Público de Contas Em Desfavor da Câmara Municipal de Manaquiri, Para Apuração de Possíveis Irregularidades Acerca Acessibilidade no Sítio Eletrônico Oficial da Instituição Municipal, Conforme o Artigo 227, §1º, Inciso li da Constituição Federal; a Lei Nº 13.146, de 06 de Julho de 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (estatuto da Pessoa com Deficiência)

Órgão: Câmara Municipal de Manaquiri

Representante: Ministério Público de Contas

Representado: William Bruno Cordeiro da Silva, Câmara Municipal de Manaquiri

Interessado(s): Maria das Gracas Araujo de Freitas

Procurador(a): Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

5) PROCESSO Nº 11591/2024

Anexos: 15478/2022

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Eduardo Costa Taveira Em Face do Acórdão Nº 2416/2023 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 15478/2022.

Órgão: Prefeitura Municipal de Guajará

Interessado(s): Eduardo Costa Taveira

Procurador(a): João Barroso de Souza

6) PROCESSO Nº 11976/2024

Assunto: Prestação de Contas Anual Administração Indireta Estadual (sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas)

Obj.: Prestação de Contas Anual da Companhia de Saneamento do Amazonas - Cosama, de Responsabilidade do Sr. Armando Silva do Valle, Gestor e Ordenador de Despesas À Época, Referente Ao Exercício de 2023.

Órgão: Companhia de Saneamento do Amazonas - Cosama

Ordenador: Armando Silva do Valle

Interessado(s): Marcus Vinicius Pelodan Santos

Procurador(a): Ademir Carvalho Pinheiro

7) PROCESSO Nº 11991/2024

Assunto: Prestação de Contas Anual Administração Direta Estadual

Obj.: Prestação de Contas Anual da Maternidade Alvorada, de Responsabilidade da Sra. Maria Aladia Tavares Jimenez, Gestora e Ordenador de Despesas À Época, Referente Ao Exercício de 2023.

Órgão: Maternidade Dr. Antenor Barbosa

Ordenador: Maria Aladia Tavares Jimenez

Interessado(s): Maria Nascimento

Procurador(a): Elissandra Monteiro Freire Alvares

8) PROCESSO Nº 12126/2024

Assunto: Prestação de Contas Anual Administração Indireta dos Municípios do Interior

Obj.: Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saude de Pauini, de Responsabilidade dos Senhores Dawehalleson Macena Pereira e Raimundo Renato Rodrigues Afonso, Prefeito, Secretário de Saúde e Ordenadores de Despesas À Época, Referente Ao Exercício 2023.

Órgão: Fundo Municipal de Saude de Pauini

Ordenador: Dawehalleson Macena Pereira

Interessado(s): Adao Sergio Reis Silveira, Raimundo Renato Rodrigues Afonso, Erick de Melo Barbosa Junior

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

Advogado(a): Fábio Nunes Bandeira de Melo - 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - 6975, Any Gresy Carvalho da Silva - 12438, Camilla Trindade Bastos - 13957, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - 6897, Camila Pontes Torres - 12280





9) PROCESSO Nº 12415/2024

Assunto: Representação Medida Cautelar

Obj.: Representação com Pedido de Medida Cautelar Interposta pela Sra. Lidiana de França Martins Em Desfavor da Secretaria Municipal de Comunicação - semcom, Para Apuração de Possíveis Irregularidades Acerca da Concorrência Nº 001/2024- Cml/pm.

Órgão: Secretaria Municipal de Comunicação - Semcom

Representante: Lidiana de França Martins

Representado: Prefeitura Municipal de Manaus - Pmm, Secretaria Municipal de Comunicação - Semcom

Interessado(s): Nine Produções e Mídia Ltda, Agencia de Interatividade e Marketing Ltda, Hudson Antônio Cristo Braga

Procurador(a): Elizângela Lima Costa Marinho

10) PROCESSO Nº 12644/2024

Anexos: 11286/2023

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pela Sra. Juci Paula Goes de Araujo Em Face do Acórdão Nº 484/2024 - Tce - Tribunal Pleno , Exarado nos Autos do Processo Nº 11286/2023.

Órgão: Câmara Municipal de Uarini

Interessado(s): Câmara Municipal de Uarini, Juci Paula Goes de Araujo

Procurador(a): Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

Advogado(a): Francisca Helena de Souza da Silva - 12420

11) PROCESSO Nº 13001/2024

Anexos: 11772/2021

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas Em Face do Acórdão N.º 487/2024, Exarado nos Autos do Processo N.º 11.772/2021.

Órgão: Polícia Militar do Estado do Amazonas - Pmam

Interessado(s): Ayrton Ferreira do Norte, Ronaldo Negreiros da Silva, Ministério Público de Contas

Procurador(a): Carlos Alberto Souza de Almeida

12) PROCESSO Nº 13827/2024

Anexos: 11483/2021

Assunto: Recurso Ordinário

Obj.: Recurso Ordinário Interposto pelo Sr. Orsine Rufino de Oliveira Júnior, Em Face do Acórdão Nº 1084/2024 - Primeira Câmara, Exarado nos Autos do Processo Nº 11.483/2021.

Órgão: Prefeitura Municipal de Apuí

Interessado(s): Orsine Rufino de Oliveira Junior

Procurador(a): Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

Advogado(a): Aginaldo Alves Monteiro - 6437, Tilara Fonseca Fernandes - 12657

13) PROCESSO Nº 13993/2024

Anexos: 12457/2020

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Abraão Magalhães Lasmar Em Face do Acórdão Nº 3/2024 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 12.457/2020.

Órgão: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itá

Interessado(s): Abraão Magalhães Lasmar

Procurador(a): Ademir Carvalho Pinheiro

Advogado(a): Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - 6897, Any Gresy Carvalho da Silva - 12438, Camilla Trindade Bastos - 13957, Fábio Nunes Bandeira de Melo - 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - 6975

14) PROCESSO Nº 14116/2024

Anexos: 13773/2024 e 15433/2022

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Pedro Duarte Guedes Em Face do Acórdão Nº 532/2024 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 15433/2022.

Órgão: Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea

Interessado(s): Pedro Duarte Guedes

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

Advogado(a): Fábio Nunes Bandeira de Melo - 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - 6975, Any Gresy Carvalho da Silva - 12438, Camilla Trindade Bastos - 13957, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - 6897





15) PROCESSO Nº 13773/2024

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Pedido de Reconsideração Interposto pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente-sema Em Face do Acórdão N.º 532.2024, Exarado nos Autos do Processo N.º15433/2022.

Órgão: Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Sema

Interessado(s): Eduardo Costa Taveira

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

16) PROCESSO Nº 14137/2024

Anexos: 13361/2024 e 16725/2021

Assunto: Recurso Revisão

Obj.: Recurso de Revisão Interposto pela Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municípios de Envira - Fapenv Em Face do Decisão N.º 1366/2023 - Tce - Segunda Câmara, Exarado nos Autos do Processo N.º 16725/2021.

Órgão: Prefeitura Municipal de Envira

Interessado(s): Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – Fapenv, Heloiza Maria Wanderley Aguiar, Jacira Fernandes Gomes

Procurador(a): Carlos Alberto Souza de Almeida

Advogado(a): Marcos Danrley da Silva Lima - 13512

17) PROCESSO Nº 14378/2024

Anexos: 12356/2020

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias Em Face do Acórdão N.º 613/2024 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo N.º 12.356/2020.

Órgão: Secretaria Municipal de Limpeza Pública – Semulsp

Interessado(s): Paulo Ricardo Rocha Farias

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

Advogado(a): Dinair Faria Albernaz - 5077

18) PROCESSO Nº 14497/2024

Anexos: 12952/2021

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Bruno Luis Litaiff Ramalho Em Face do Acórdão N.º 634/2023 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo N.º 12952/2021.

Órgão: Prefeitura Municipal de Carauari

Interessado(s): Bruno Luis Litaiff Ramalho, Eric Michel Amaral Neves da Silva, Erick de Melo Barbosa Junior

Procurador(a): Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Advogado(a): Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - 6897, Fábio Nunes Bandeira de Melo - 4331, Camilla Trindade Bastos - 13957, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - 6975, Camila Pontes Torres - 12280, José Felipe Carvalho Nunes - 18721

19) PROCESSO Nº 14558/2024

Anexos: 11602/2017 e 10529/2024

Assunto: Recurso Ordinário

Obj.: Recurso Ordinário Interposto pela Sra Mônica Fortunato de Azevedo Cohen da Silva Em Face do Acórdão N.º 1066/2024 - Tce - Primeira Câmara, Exarado nos Autos do Processo N.º 10529/2024.

Órgão: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - Aleam

Interessado(s): Monica Fortunato de Azevedo Cohen da Silva

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

Advogado(a): Lana Fabricia Negreiros Cohen - 5643

20) PROCESSO Nº 14695/2024

Anexos: 11000/2017

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento Em Face do Acórdão N.º 2023/2023 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo N.º 11.000/2017.

Órgão: Câmara Municipal de Tefé

Interessado(s): João Paulo Rodrigues Nascimento

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

Advogado(a): Any Gresy Carvalho da Silva - 12438, Fernanda Galvao Bruno - 17549, Mariana Pereira Carlotto - 17299, Regina Aquino Marques de Souza - 19308, Ageu de Oliveira Drumond Sardinha - 19505, Isaac Luiz Miranda Almas - 12199

21) PROCESSO Nº 14882/2024





Anexos: 14555/2021

Assunto: Recurso Ordinário

Obj.: Recurso Ordinário Interposto pela Sra. Alessandra Campelo da Silva Em Face do Acórdão Nº 1531/2024 - Tce - Primeira Câmara, Exarado nos Autos do Processo Nº 14.555/2021.

Órgão: Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer – Sejel

Interessado(s): Alessandra Campelo da Silva, Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer – Sejel, Márcio dos Santos Guimaraes

Procurador(a): Elizângela Lima Costa Marinho

22) PROCESSO Nº 14998/2024

Anexos: 15457/2023

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr. Raylan Barroso de Alencar Em Face do Acórdão Nº 375/2024 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº 15.457/2023.

Órgão: Prefeitura Municipal de Eirunepé

Interessado(s): Raylan Barroso de Alencar

Procurador(a): Carlos Alberto Souza de Almeida

Advogado(a): Ayanne Fernandes Silva - 10351, Antonio das Chagas Ferreira Batista - 4177, Adrimar Freitas de Siqueira Repolho - 8243, Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos - 8446

23) PROCESSO Nº 15004/2024

Anexos: 11736/2024

Assunto: Recurso Ordinário

Obj.: Recurso Ordinário Interposto pela Manaus Previdência - Manausprev Em Face do Acórdão Nº 1517/2024 – Tce – Primeira Câmara, Exarado nos Autos do Processo 11736/2024.

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde – Sems

Interessado(s): Ivone Maria Caetano Candido, Manaus Previdência - Manausprev

Procurador(a): Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

24) PROCESSO Nº 15724/2024

Anexos: 13762/2023

Assunto: Recurso Reconsideração

Obj.: Recurso de Reconsideração Interposto pelo Sr Enrico de Souza Falabella, Em Face do Acórdão Nº322/2024 - Tce - Tribunal Pleno, Exarado nos Autos do Processo Nº13762/2023.

Órgão: Prefeitura Municipal de Uruará

Interessado(s): Enrico de Souza Falabella

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

Advogado(a): Isaac Luiz Miranda Almas - 12199, Any Gresy Carvalho da Silva - 12438, Regina Aquino Marques de Souza - 19308, Fernanda Galvao Bruno - 17549

25) PROCESSO Nº 15938/2024

Anexos: 11863/2024

Assunto: Recurso Ordinário

Obj.: Recurso Ordinário Interposto pela Sra. Katia Jenne da Silva Freitas Em Face do Acórdão Nº 1253/2024 – Tce – Segunda Câmara, Exarado nos Autos do Processo Nº 11863/2024.

Órgão: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - Aleam

Interessado(s): Fundação Amazonprev, Katia Jenne da Silva Freitas

Procurador(a): Carlos Alberto Souza de Almeida

DIVISÃO DE PREPARO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS em Manaus, 17 de Fevereiro de 2025.


BIANCA FIGLIUOLO
Secretária de Tribunal Pleno





03ª PAUTA ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL PLENO - PROCESSOS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES SEI Nº 002822/2025, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025, NA PRESIDENCIA DA EXMA. SRA. CONSELHEIRA YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES.

JULGAMENTO EM PAUTA

RELATORA: CONSELHEIRA-PRESIDENTE YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES

01. PROCESSO: 011537/2023

INTERESSADO: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

02. PROCESSO: 000824/2025

INTERESSADO: SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

03. PROCESSO: 020697/2024

INTERESSADO: SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2024

04. PROCESSO: 018662/2024

INTERESSADO: INSTITUO SILVIO MEIRA - ACADEMIA DE DIREITO

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: CONTRATO DE PATROCÍNIO COM O INSTITUTO SILVIO MEIRA - ACADEMIA DE DIREITO

05. PROCESSO: 013799/2024

INTERESSADO: GENTIL RODRIGUES DE SOUZA NETO

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE LICENÇA ESPECIAL





06. PROCESSO: 018710/2024

INTERESSADO: GABRIEL DA SILVA DUARTE

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: LICENÇA ESPECIAL

07. PROCESSO: 016574/2024

INTERESSADO: VIVIANNY KAROL FERNANDES DOS SANTOS

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE LICENÇA ESPECIAL

08. PROCESSO: 018911/2024

INTERESSADO: ADRIANNE REGINA DA SILVA FREIRE

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: LICENÇA ESPECIAL

09. PROCESSO: 019060/2024

INTERESSADO: VERANILCE NUNES DE MELO

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE LICENÇA ESPECIAL

10. PROCESSO: 019603/2024

INTERESSADO: NATÃ CONSENTINS HENZEL

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: LICENÇA ESPECIAL

11. PROCESSO: 017528/2024

INTERESSADO: MARCO HUGO HENRIQUES DAS NEVES

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM





NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: LICENÇA ESPECIAL

12. PROCESSO: 019293/2024

INTERESSADO: FERNANDO DA ROCHA MEIRA

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: INDENIZAÇÃO DE QUINQUENIO

13. PROCESSO: 011454/2024

INTERESSADO: LINO EUGENIO AUZIER E LIMA

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: FERIAS IDENIZATORIAS

14. PROCESSO: 016732/2024

INTERESSADO: WESLEI JOSÉ DE PAULA

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: LICENÇA ESPECIAL

15. PROCESSO: 011443/2024

INTERESSADO: ORLANDO GOMES VILAÇA FILHO

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL

16. PROCESSO: 013193/2024

INTERESSADO: KELLY CRISTINA LIMA SCHNEIDER

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE RISCO DE VIDA

17. PROCESSO: 001201/2025





INTERESSADO: ALIAH MAGALHAES BENACON

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: ABONO DE PERMANÊNCIA

18. PROCESSO: 017522/2024

INTERESSADO: FRANCISCO ALBERTO OLIVEIRA SOARES

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS - TCE/AM

NATUREZA: ADMINISTRATIVO

OBJETO: INDENIZAÇÃO DE LICENÇA ESPECIAL

DIVISÃO DE PREPARO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de Fevereiro de 2025.

NAYANE SOUZA DINIZ

Chefe de Divisão de Preparo de Julgamento

DESPACHOS

DESPACHOS DE ADMISSIBILIDADE E INADMISSIBILIDADE DE CONSULTAS, DENÚNCIAS, RECURSOS E REPRESENTAÇÕES.

PROCESSO Nº 10637/2025 – REPRESENTAÇÃO ORIUNDA DA MANIFESTAÇÃO Nº 173/2024 - OUVIDORIA EM FACE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRANDUBA, JOSÉ AUGUSTO FERRAZ DE LIMA, E DA SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, LUANA DOS SANTOS MEDEIROS, ACERCA DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE) SEM O DEVIDO PROCESSO SELETIVO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANDUBA.

DESPACHO: ADMITO A PRESENTE REPRESENTAÇÃO.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 11 de fevereiro de 2025.





PROCESSO Nº 17258/2024 – RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELA INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE IRANDUBA – INPREVI EM FACE DO ACÓRDÃO Nº 2188/2024 - TCE - PRIMEIRA CÂMARA, EXARADO NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 13.166/2024.

DESPACHO: ADMITO O PRESENTE RECURSO, CONCEDENDO-LHE O EFEITO DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 13 de fevereiro de 2025.

PROCESSO Nº 10464/2025 – RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO INTERPOSTO PELO SR. LOUISMAR DE MATOS BONATES EM FACE DO ACÓRDÃO DE Nº2097/2024-TCE-PRIMEIRA CÂMARA, EXARADO NOS AUTOS DO PROCESSO Nº16853/2023.

DESPACHO: INADMITO O PRESENTE RECURSO.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 11 de fevereiro de 2025.

PROCESSO Nº 10474/2025 – RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELO SR. MARCOS VINÍCIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA EM FACE DO ACÓRDÃO Nº2097/2024-TCE- PRIMEIRA CÂMARA, EXARADO NOS AUTOS DO PROCESSO DE Nº16853/2023.

DESPACHO: ADMITO O PRESENTE RECURSO ORDINÁRIO COMO RECURSO DE REVISÃO, CONCEDENDO-LHE O EFEITO DEVOLUTIVO E, EXCEPCIONALMENTE, O SUSPENSIVO.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 13 de fevereiro de 2025.

PROCESSO Nº 10475/2025 – RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELO SR. LOUSIMAR DE MATOS BONATES EM FACE DO ACÓRDÃO Nº 2097/2024 - TCE - PRIMEIRA CÂMARA, EXARADO NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 16853/2023.

DESPACHO: ADMITO O PRESENTE RECURSO, CONCEDENDO-LHE OS EFEITOS DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 05 de fevereiro de 2025.

PROCESSO Nº 10535/2025 – RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELO SR. BETANAEL DA SILVA D'ÂNGELO EM FACE DO ACÓRDÃO N.º 1863/2024 - TCE - SEGUNDA CÂMARA, EXARADO NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 14958/2020.

DESPACHO: ADMITO O PRESENTE RECURSO, CONCEDENDO-LHE OS EFEITOS DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 13 de fevereiro de 2025.





PROCESSO Nº 10654/2025 – RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELO SR. EULER GUIMARÃES MENEZES DE SOUZA EM FACE DO ACÓRDÃO N.º 2721/2024- TCE - PRIMEIRA CÂMARA, EXARADO NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 10381/2024.

DESPACHO: NÃO ADMITO O PRESENTE RECURSO.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 13 de fevereiro de 2025.

PROCESSO Nº 10659/2025 – REPRESENTAÇÃO ORIUNDA DA MANIFESTAÇÃO N.º 471/2024 - OUVIDORIA, INTERPOSTA PELA SECEX EM DESFAVOR DA SRA. MARIA ADRIANA MOREIRA, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANICORÉ, LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO, PREFEITO MUNICIPAL DE MANICORÉ E SRA NAYARA DE OLIVEIRA MAKSOUD MORAES, SECRETÁRIA DE SAÚDE DO ESTADO DO AMAZONAS, PARA APURAÇÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ACERCA DO SUPOSTO ACÚMULO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS.

DESPACHO: ADMITO A PRESENTE REPRESENTAÇÃO.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 13 de fevereiro de 2025.

PROCESSO Nº 10669/2025 – RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE BENJAMIN CONSTANT - BCPREV EM FACE DO ACÓRDÃO N.º 2402/2024 - TCE – PRIMEIRA CÂMARA, EXARADO NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 14735/2024.

DESPACHO: ADMITO O PRESENTE RECURSO, CONCEDENDO-LHE OS EFEITOS DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 13 de fevereiro de 2025.

PROCESSO Nº 10628/2025 – RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELO SR. ANTÔNIO MARCOS MACIEL FERNANDES, EM FACE DO ACÓRDÃO N.º 75/2021 - TCE - PRIMEIRA CÂMARA, EXARADO NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 11619/2018.

DESPACHO: ADMITO O PRESENTE RECURSO, CONCEDENDO-LHE OS EFEITOS DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 14 de fevereiro de 2025.

PROCESSO Nº 10679/2025 – REPRESENTAÇÃO INTERPOSTA PELA SECRETARIA - GERAL DE CONTROLE EXTERNO - SECEX, EM FACE DO SR. PAULO RUAN PORTELA MATTOS, PREFEITURA MUNICIPAL DE ENVIRA, ACERCA DE SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2023 POR REALIZAÇÃO DE DESPESAS EM VALORES SUPERIORES AOS PREVISTOS EM DOTAÇÕES ESPECÍFICAS, CONFIGURANDO POSSÍVEL VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS DA LEI N.º 423/2022 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2023 DO MUNICÍPIO DE ENVIRA).





DESPACHO: ADMITO A PRESENTE REPRESENTAÇÃO.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 14 de fevereiro de 2025.

PROCESSO Nº 10681/2025 – DENÚNCIA INTERPOSTA PELO VEREADOR DE NOVA OLINDA DO NORTE, SR. NETO SALAZAR, EM FACE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE ACERCA DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES COMETIDAS PELA NOVA GESTÃO, COMO AUSÊNCIA DE RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, IRREGULARIDADES NA DISPENSA DE LICITAÇÃO, NEPOTISMO E DESATUALIZAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.

DESPACHO: ADMITO A PRESENTE DENÚNCIA.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 14 de fevereiro de 2025.

PROCESSO Nº 10682/2025 – DENÚNCIA INTERPOSTA PELO VEREADOR DO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA, SR. JOSE EDUARDO TAVEIRA BARBOSA EM FACE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO DA VÁRZEA ACECA DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO PROCESSO SELETIVO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DESPACHO: ADMITO A PRESENTE DENÚNCIA.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 14 de fevereiro de 2025.

PROCESSO Nº 10608/2025 – RECURSO DE REVISÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR, INTERPOSTO PELO SR. MARCELO MARREIRA BARBOSA, EM FACE DO ACÓRDÃO Nº 527/2024 – TCE – TRIBUNAL PLENO, EXARADO NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 15181/2023.

DESPACHO: ADMITO O PRESENTE RECURSO, CONCEDENDO O EFEITO DEVOLUTIVO E, EXCEPCIONALMENTE, O SUSPENSIVO.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2025.

SECRETARIA DO PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, Manaus, 17 de fevereiro de 2025.


BIANCA FIGLIUOLO
Secretária do Tribunal Pleno





GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIAS

PORTARIA Nº 3/2025 - GP

ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A DESTINAÇÃO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO DE ATOS DE GESTÃO (FAGs) NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS.

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso das atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 8/2024-TCE/AM, que determinou que novos processos de Fiscalização de Atos de Gestão não fossem mais autuados e que aqueles já existentes tramitassem pensados aos processos de Prestação de Contas Anual;

CONSIDERANDO o Parecer nº 50/2025/DIJUR, que opinou pela inserção dos dados e documentos relevantes dos processos de Fiscalização de Atos de Gestão nos autos dos processos de Contas de Governo correspondentes;

CONSIDERANDO o Despacho nº 348/2025/GP/TP, que determinou a adoção das medidas indicadas pela Diretoria Jurídica;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos uniformes para a adequada destinação dos processos de Fiscalização de Atos de Gestão,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que as unidades técnicas que possuam em suas caixas de trabalho processos de Fiscalização de Atos de Gestão ainda não finalizados vinculados a Prestações de Contas Anuais também não julgadas, cuja apreciação se dará no âmbito da respectiva Prestação de Contas Anual:

I - a identificação das peças processuais contidas nos processos de Fiscalização de Atos de Gestão que não constem nos processos de Prestação de Contas Anual e que sejam relevantes para a instrução destes;

II - a extração dessas peças e a inclusão nos respectivos processos de Prestação de Contas Anual;

III - encaminhem os referidos autos ao Departamento de Autuação, Estrutura e Distribuição Processual (DEAP) para baixa em sua distribuição e encaminhamento para o arquivamento dos processos de Fiscalização de Atos de Gestão cuja documentação tenha sido extraída e incluída nos autos de Prestação de Contas Anual;





IV - caso o volume de documentos identificados seja considerado elevado, que identifiquem essas peças em Informação com o nome do documento, a numeração das folhas de início e fim e os números dos processos de origem e de destino para que o DEAP proceda com o transposição dos documentos e demais procedimentos listados no inciso anterior.

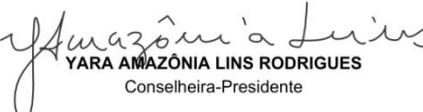
Art. 2º O DEAP deverá manter registro atualizado dos processos arquivados nos termos desta Portaria, com indicação do número do processo de Prestação de Contas Anual correspondente.

Art. 3º Os processos de Fiscalização de Atos de Gestão em aberto, vinculados a processos de Prestação de Contas Anual já julgados, devem ter sua instrução continuada até nova decisão do Egrégio Tribunal Pleno.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2025.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 61/2024

- Espécie:** Termo de Apostilamento ao Contrato nº 61/2024
- Processo SEI nº:** 000240/2025
- Vigência:** A partir de 17/02/2025.
- Partes:** ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS e a empresa ELETROFIOS EMPREENDIMENTOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP, CNPJ sob o nº 03.566.837/0001-90.
- Objeto:** Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato nº 61/2024.


Antônio Carlos Souza de Rosa Junior
Secretário-Geral de Administração





PORTARIA N.º 141/2025-GPDGP

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e XXX, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO os artigos 6º, § 3º, dispostos na **Lei n.º 4.743, de 28 de dezembro de 2018**, que dispõe sobre o Quadro de Plano de cargos, carreiras e remunerações do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor da **Resolução TCE n.º 01/2011** – que regulamenta a Avaliação do Desempenho Funcional (Progressão Funcional);

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI n.º 004646/2021;

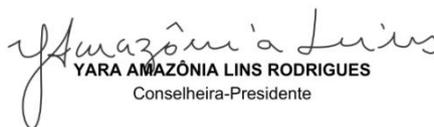
R E S O L V E:

I- **FICA APROVADA** a Progressão Funcional Retroativa da servidora do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, referente ao mês de abril de 2019, constante do anexo desta;

II- Revogada as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2025.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

ANEXO PROGRESSÃO RETROATIVA ABRIL/2019

CLASSE/NÍVEL B I			
MATRÍCULA	SERVIDOR	ESCOLARIDADE	PROGRESSÃO
001330-7A	SOLANGE MARIA RIBEIRO DA SILVA	S	01.04.2019





PORTARIA N.º 142/2025-GPDGP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e XXX, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO os artigos 6º, § 3º, dispostos na **Lei n.º 4.743, de 28 de dezembro de 2018**, que dispõe sobre o Quadro de Plano de cargos, carreiras e remunerações do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor da **Resolução TCE n.º 01/2011** – que regulamenta a Avaliação do Desempenho Funcional (Progressão Funcional);

CONSIDERANDO o enquadramento constante no Ato n.º 84/2023, datado de 13.07.2023, publicado no DOE de mesma data;

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI n.º 004646/2021;

RESOLVE:

I - **RETIFICAR** a Portaria de n.º 943/2024-GPDGP, quanto ao nome da servidora **SOLANGE MARIA RIBEIRO DA SILVA**, matrícula n.º 0013307A, conforme anexo abaixo;

II - Revogada as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2025.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

ANEXO PROGRESSÃO JUNHO/2024

CLASSE/NÍVEL D I			
MATRÍCULA	SERVIDOR	ESCOLARIDADE	PROGRESSÃO
001330-7A	SOLANGE MARIA RIBEIRO DA SILVA	S	01.06.2024





PORTARIA SEI nº 42/2025 – SGDGP

A SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições legais e;

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 846/2023-GPDGP, datada de 04.12.2023, da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor do Memorando n.º 30/2025/GP/TP, datado de 05.02.2025, constante no Processo SEI n.º 002392/2025;

RESOLVE:

DETERMINAR que a Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP, adote as providências necessárias, bem como o pagamento de diárias nos termos da legislação vigente, da Senhora Conselheira-Presidente **YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES**, matrícula n.º 000.297-6A, para nos dias 11 e 12.02.2025, participar de reunião do Comitê de Gestão Ambiental no TCU, em Brasília/DF;

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 06 de fevereiro de 2025.


Antônio Carlos Souza de Rosa Junior
Secretário-Geral de Administração

PORTARIA SEI Nº 63/2025 - SGDGP

A SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 846/2023-GPDGP, datada de 04.12.2023, da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor do Processo n.º 021217/2024;

RESOLVE:



CONCEDER a servidora **HORTENCA DA SILVA SAMPAIO**, matrícula n.º0013218A, 01 (um) dias de licença para tratamento de saúde, conforme Laudo Médico n.º 295719/2025, no período de 06.12.2024 a 06.12.2024, tomando como base o art. 68 da Lei n.º 1762/86.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus 17 de fevereiro de 2025.


Antônio Carlos Souza de Rosa Junior
Secretário-Geral de Administração

PORTARIA SEI Nº 64/2025 – SGDGP

A SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 846/2023-GPDGP, datada de 04.12.2023, da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor do Processo n.º021217/2024;

R E S O L V E:

CONCEDER a servidora **HORTENCA DA SILVA SAMPAIO**, matrícula n.º0013218A, 01 (um) dias de licença para tratamento de saúde, conforme Laudo Médico n.º 295718/2025, no período de 10.12.2024 a 10.12.2024, tomando como base o art. 68 da Lei n.º 1762/86.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus 17 de fevereiro de 2025.


Antônio Carlos Souza de Rosa Junior
Secretário-Geral de Administração





PORTARIA SEI Nº 65/2025 - SGDGP

A SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 846/2023-GPDGP, datada de 04.12.2023, da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor do Processo n.º021217/2024;

R E S O L V E:

CONCEDER a servidora **HORTENCA DA SILVA SAMPAIO**, matrícula n.º0013218A, 01 (um) dias de licença para tratamento de saúde, conforme Laudo Médico n.º 295717/2025, no período de 16.12.2024 a 16.12.2024, tomando como base o art. 68 da Lei n.º 1762/86.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus 17 de fevereiro de 2025.


Antônio Carlos Souza de Rosa Junior
Secretário-Geral de Administração

PORTARIA SEI Nº 66/2025 - SGDGP

A SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 846/2023-GPDGP, datada de 04.12.2023, da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor do Processo n.º021217/2024;



RESOLVE:

CONCEDER a servidora **HORTENCA DA SILVA SAMPAIO**, matrícula n.º0013218A, 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, conforme Laudo Médico n.º 295721/2025, no período de 19.12.2024 a 20.12.2024, tomando como base o art. 68 da Lei n.º 1762/86.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus 17 de fevereiro de 2025.


Antônio Carlos Souza de Rosa Junior
Secretário-Geral de Administração

PORTARIA nº 58/2025 – GPDGP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e XXX, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento, datado de 27.01.2025, constante do Processo SEI n.º 001607/2025;

RESOLVE:

I- DESIGNAR o Senhor Conselheiro **JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO**, matrícula n.º 001.006-5A, para no dia 13.02.2025, participar da posse do Conselheiro Vice-Presidente Durval Ângelo Andrade, bem como Reunião no Comitê de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Instituto Rui Barbosa, em Belo Horizonte/MG;

II- DETERMINAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Gestão de Pessoas, adotem as providências necessárias, bem como o pagamento de diárias nos termos da legislação vigente;

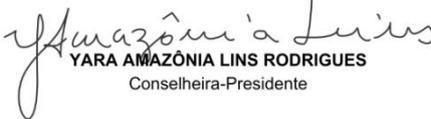




III - DETERMINAR que o referido conselheiro apresente à Diretoria de Gestão de Pessoas, após o retorno à atividade junto a esta Corte, os respectivos comprovantes de embarque e relatório de viagem, no prazo de 24 horas.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 29 de janeiro de 2025.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

PORTARIA Nº 117/2025 - GPDGP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e XXX, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

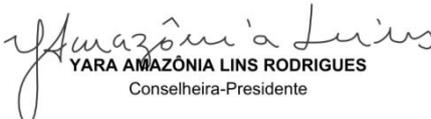
CONSIDERANDO o teor do Acórdão Administrativo n.º 36/2025 - Tribunal Pleno, bem como a Errata - Geral n.º 5/2025 - DIRAC, constante no Processo SEI n.º 000298/2025;

RESOLVE:

CONCEDER em favor da Senhora **ANA CLAUDIA NUNES DUARTE**, cônjuge supérstite do servidor aposentado, **ALUIZIO HUMBERTO AIRES DA CRUZ JUNIOR**, pensão por morte, nos termos do art. 2º, II, "a"; art. 31, caput, e §1º, e art. 33, II, e § 1º, I, todos da Lei Complementar n.º 30/2001, em razão de seu falecimento, ocorrido no dia 07.01.2025.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2025.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente





PORTARIA Nº 121/2025 - GPDGP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e XXX, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

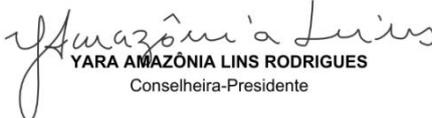
CONSIDERANDO o teor do Acórdão Administrativo n.º 34/2025 - Tribunal Pleno, bem como a Errata - Geral n.º 4/2025 - DIRAC, constante no Processo SEI n.º 000836/2025;

RESOLVE:

CONCEDER em favor do Senhor **SÉRGIO CAMARA AIRES DA CRUZ**, na condição de filho do servidor aposentado, **ALUIZIO HUMBERTO AIRES DA CRUZ JUNIOR**, pensão por morte, nos termos do art. 2º, II, "a"; art. 31, caput, e §1º, e art. 33, II, e § 1º, I, todos da Lei Complementar n.º30/2001, em razão de seu falecimento, ocorrido no dia 07.01.2025.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2025.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

PORTARIA Nº 135/2025 - GPDGP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);





Diário Oficial Eletrônico

■ Edição nº 3497 pág.40

Manaus, 17 de Fevereiro de 2025

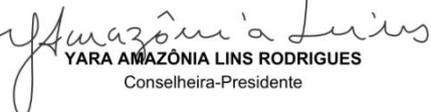
CONSIDERANDO o teor do Despacho n.º 1080/2025/GP, datado de 17.02.2025, constante do Processo n.º 000632/2025;

RESOLVE:

LOTAR o servidor **MARIO CESAR DE FREITAS FILHO**, matrícula n.º 0046302A, na DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DICOM, a contar de 01.12.2024.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus 17 DE fevereiro de 2025.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

PORTARIA Nº 136/2025 - GPDGP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei n.º 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Despacho n.º 1016/2025/GP, datado de 14.02.2025, constante do Processo n.º 002713/2025;

RESOLVE:

LOTAR a servidora **DEBORA FORTES DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 0046680A, na DIRETORIA DE SAÚDE - DISAU, a contar de 20.11.2024.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2025.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente





PORTARIA Nº 137/2025 - GPDGP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução nº 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Despacho nº 1014/2025/GP, datado de 14.02.2025, constante do Processo nº 002670/2025;

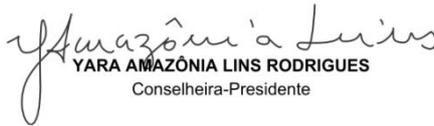
R E S O L V E:

I - LOTAR o servidor **FERNANDO DA SILVA MOTA JUNIOR**, matrícula nº 0012386A, na SECRETARIA GERAL DO CONTROLE EXTERNO - SECEX, a contar de 01.03.2025.

II - REVOGAR as lotações anteriores.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2025.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

PORTARIA Nº 138/2025 - GPDGP

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e XXX, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução nº 04, de 23 de maio de 2002);





Diário Oficial Eletrônico

■ Edição nº 3497 pág.42

Manaus, 17 de Fevereiro de 2025

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 13/2022-GPDRH, datada de 04 de janeiro de 2022, publicada no DOE de mesma data, que regulamenta o Teletrabalho no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor do Despacho n.º 1055/2025/GP, datado de 14.02.2025, constante no Processo SEI n.º 000678/2025;

RESOLVE:

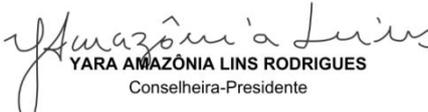
I – DEFERIR o pedido da servidora **GIOVANNA NICOLY VALENTE BATISTA BERNARDO CABRAL**, matrícula n.º0031798D, que ocupa o cargo de Assistente de Vice Presidência, de renovação de participação no programa de teletrabalho pelo período máximo de 1 (um) ano relativo a cada autorização, nos termos da Portaria n.º 13/2022-GPDRH, datada de 04.01.2022, a contar de 23.01.2025;

II – DETERMINAR à Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP, em atendimento ao artigo 10, da Portaria n.º 13/2022-GPDRH, datada de 04.01.2022, que ressalte a obrigatoriedade do cumprimento do estabelecido na Meta de Desempenho;

III – DETERMINAR à Comissão de Apoio ao Teletrabalho o acompanhamento do desempenho e os resultados alcançados pela servidora participante do teletrabalho, conforme o artigo 5º, V da Portaria n.º 13/2022-GPDRH, datada de 04.01.2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2024.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente





PORTARIA Nº 139/2025 - GPDGP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

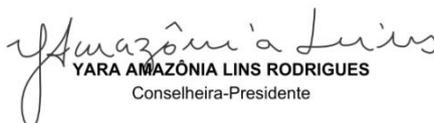
CONSIDERANDO o teor do Despacho n.º 1081/2025/GP, datado de 14.02.2025, constante do Processo n.º 002900/2025;

RESOLVE:

LOTAR a servidora **ANDREA DE SOUZA BEZERRA**, matrícula n.º 0046744A, na DIRETORIA DE SAÚDE - DISAU, a contar de 10.02.2025.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2025.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

PORTARIA Nº 140/2025 - GPDGP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO os termos do art. 102, I E IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e IV, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);





CONSIDERANDO os termos do § 1º, inciso I do art.39, da Resolução nº4 de 23.05.2002, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, que dispõe sobre a Comissão de Exame das Contas do Prefeito de Manaus - COMPREF, a qual, tem a missão precípua de assessoramento;

CONSIDERANDO o teor do Memorando nº27/2025/GCERICOXAVIER, datado de 11.02.2025, constante do Processo n.º 002726/2025;

RESOLVE:

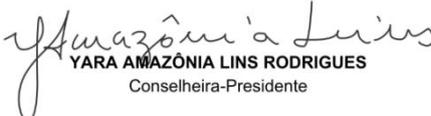
I - INSTITUIR a Comissão de Exame das Contas do Prefeito de Manaus - COMPREF 2025, a contar de 01.02.2025, com a seguinte composição:

SERVIDORES	FUNÇÃO
RAQUEL CEZAR MACHADO	COORDENADOR
ELIAS CRUZ DA SILVA	MEMBRO
DOUGLAS MONTEIRO DE CASTRO	MEMBRO
GUILHERME ALVES BARREIROS	MEMBRO
CAROLINE HAK MONTEIRO WANG	MEMBRO

II - ATRIBUIR aos servidores, a Gratificação prevista na Portaria nº228/2020-GPDRH, datada de 30.07.2020, a partir de 01.02.2025.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2025.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente





PORTARIA nº 82/2025 - GPDGP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e XXX, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Memorando n.º 30/2025/GP/TP, datado de 05.02.2025, constante no Processo SEI n.º 002392/2025;

RESOLVE:

I - DESIGNAR a servidora **DIANNE DO NASCIMENTO JUCA**, matrícula n.º 0025283A, para nos dias 11 e 12.02.2025, participar de reunião do Comitê de Gestão Ambiental no TCU, em Brasília/DF;

II - DETERMINAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Gestão de Pessoas, adotem as providências necessárias, bem como o pagamento de diárias nos termos da legislação vigente;

III - DETERMINAR que a servidora apresente à Diretoria de Gestão de Pessoas, após o retorno à atividade junto a esta Corte, os respectivos comprovantes de embarque, certificado e relatório de viagem, no prazo de 24 horas.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 06 de fevereiro de 2025.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

ATO Nº 23/2025

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);





Diário Oficial Eletrônico

■ Edição nº 3497 pág.146

Manaus, 17 de Fevereiro de 2025

CONSIDERANDO o Acórdão Administrativo n.º 32/2025 – Administrativa – Tribunal Pleno, bem como a Errata - Geral n.º 3/2025 - DIRAC, constante do Processo SEI n.º 018085/2024;

RESOLVE:

APOSENTAR Voluntariamente por Idade e por Tempo de Contribuição a servidora **MARIA DOROTEIA QUEIROZ MELO**, matrícula n.º0003654A, que ocupa o cargo de Assistente de Controle Externo C, Nivel III, Classe D, nos termos do **art. 3º da EC n.º 47/2005**, assegurando-lhe o direito à última remuneração, que corresponde à totalidade das parcelas remuneratórias como base para seus proventos, bem como o direito à paridade e à integralidade, na forma da Lei, composto das seguintes parcelas:

REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR NO CARGO EFETIVO	VALOR (R\$)
VENCIMENTO - Lei nº 6.270/2023 e suas alterações.	R\$ 11.477,58
ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (10%) - Lei nº 1.762/86, Artigo 90, inciso III c/c o Artigo 4º Lei nº 2.531/99.	R\$ 1.147,76
VANTAGEM PESSOAL - 5/5 (cinco quintos), do cargo comissionado, símbolo CC-1, com base no artigo 82, da Lei nº 1762/1986	R\$ 3.209,16
GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL (60%) - Lei nº 1.762/86, Artigo 90, inciso IX.	R\$ 6.886,55
TOTAL	R\$22.721,05
13º SALÁRIO – 01 (uma) parcela – opção feita pela servidora, com fulcro na Lei nº 3.254/2008 que alterou o §1º e incluiu §3º do art. 4º da Lei nº1.897/1989.	R\$22.721,05

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2025.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente





Diário Oficial Eletrônico

Edição nº 3497 pág.47

Manaus, 17 de Fevereiro de 2025

ATO Nº 24/2025

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o Acórdão Administrativo n.º 25/2025 – Administrativa – Tribunal Pleno, bem como a Errata - Geral n.º 2/2025 - DIRAC, constante do Processo SEI n.º 020065/2024;

RESOLVE:

APOSENTAR Voluntariamente por Idade e por Tempo de Contribuição o servidor **OSWALDO DEMÓSTHENES LOPES CHAVES JÚNIOR**, matrícula n.º0013609A, que ocupa o cargo de Auditor Técnico de Controle Externo - Auditoria Governamental A, Nivel I, Classe D, nos termos do **art. 3º da EC n.º 47/2005**, assegurando-lhe o direito à última remuneração, que corresponde à totalidade das parcelas remuneratórias como base para seus proventos, bem como o direito à paridade e à integralidade, na forma da Lei, composto das seguintes parcelas:

REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR NO CARGO EFETIVO	VALOR (R\$)
VENCIMENTO Lei nº 6.270/2023	R\$ 15.523,33
ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - Lei nº 1.762/86, Artigo 90, inciso III da Lei nº 2.531/99, Artigo 4º.	R\$ 1.552,33
ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO (30%) - Lei nº 6.270/2023 e suas alterações	R\$ 4.657,00
VANTAGEM PESSOAL - Lei nº1.762/86, Art. 82, §2º	R\$ 4.794,12
TOTAL	R\$ 26.526,78
13º SALÁRIO – Mensalmente 1/12 (um doze avos) – opção feita pelo servidor, com fulcro na Lei nº 3.254/2008 que alterou o §1º e incluiu §3º do art. 4º da Lei nº1.897/1989.	R\$ 26.526,78

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2025.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente





ATO Nº 25/2025

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução nº 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o Acórdão Administrativo nº 7/2025 – Administrativa – Tribunal Pleno, bem como a Errata - Geral nº 1/2025 - DIRAC, constante do Processo SEI nº 015344/2024;

RESOLVE:

APOSENTAR Voluntariamente por Idade e por Tempo de Contribuição o servidor **GENTIL RODRIGUES DE SOUZA NETO**, matrícula nº 0001325A, que ocupa o cargo de Assistente de Controle Externo C, Nivel III, Classe D, nos termos do **art. 3º da EC nº 47/2005**, assegurando-lhe o direito à última remuneração, que corresponde à totalidade das parcelas remuneratórias como base para seus proventos, bem como o direito à paridade e à integralidade, na forma da Lei, composto das seguintes parcelas:

REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR NO CARGO EFETIVO	VALOR (R\$)
VENCIMENTO - Lei nº 6.270/2023 e suas alterações	R\$ 11.477,58
ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (10%) - Lei nº 1.762/86, Artigo 90, inciso III c/c o Artigo 4º Lei nº 2.531/99	R\$ 1.147,76
GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL (60%) - Lei nº 1.762/86, Artigo 90, inciso IX	R\$ 6.886,55
TOTAL	R\$ 19.511,89
13º SALÁRIO – 01 (uma) parcela do provento – opção feita pelo servidor, com fulcro na Lei nº 3.254/2008 que alterou o §1º e incluiu §3º do art. 4º da Lei nº 1.897/1989.	R\$ 19.511,89

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2025.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente





A T O Nº 26/2025

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO a publicação da Lei n.º 6.270, de 03 de julho de 2023 no Diário Oficial do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI n.º 004646/2021;

R E S O L V E:

RETIFICAR o Ato n.º 84/2023, datado de 13.07.2023, publicado no DOE de mesma data, quanto ao enquadramento da servidora do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, abaixo relacionado:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	NÍVEL - CLASS E
0013307A	SOLANGE MARIA RIBEIRO DA SILVA	AUDITOR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO – AUDITORIA GOVERNAMENTAL A	CV

DÊ- SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2025.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente





PORTARIA nº 96/2025 – GPDGP

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e XXX, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução nº 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Memorando nº 16/2025/GCMARIOMELLO/COL, datado de 04.02.2025, constante do Processo SEI nº 002287/2025;

R E S O L V E:

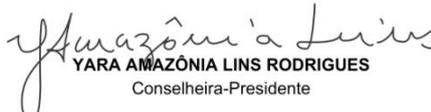
I - DESIGNAR o senhor Conselheiro **MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**, matrícula nº 0023272A, para no dia 14.02.2025, na condição de Conselheiro desta Corte de Contas, participar da Posse da Nova Cúpula Diretiva do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, em Maceió/AL;

II - DETERMINAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Gestão de Pessoas, adotem as providências necessárias, bem como o pagamento de diárias nos termos da legislação vigente;

III - DETERMINAR que o referido conselheiro apresente à Diretoria de Gestão de Pessoas, após o retorno à atividade junto a esta Corte, os respectivos comprovantes de embarque e relatório de viagem, no prazo de 24 horas.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 10 de fevereiro de 2025.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente





DESPACHOS

PROCESSO N.º: 10.686/2025

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Tonantins

NATUREZA/ESPÉCIE: Representação com Pedido de Medida Cautelar

REPRESENTANTE(S): Sra. Suelem Lofiego Ribeiro, Sra. Marinéia Vasques Nascimento, Sr. Raimundo Vieira da Silva

REPRESENTADO(S): Prefeitura Municipal de Tonantins

ADVOGADO(A): Não possui

OBJETO: Representação com Pedido de Medida Cautelar interposto pela Sra. Suelem Lofiego Ribeiro, Sra. Marinéia Vasques Nascimento e Sr. Raimundo Vieira da Silva, em face da Prefeitura Municipal de Tonantins, acerca de possíveis irregularidades praticadas pela Administração Pública Municipal

RELATOR: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto

DESPACHO N.º 220/2025 - GP

DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE. REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. ADMISSÃO DA REPRESENTAÇÃO. REMESSA AO RELATOR.

1. Representação com Pedido de Medida Cautelar interposta pela Sra. Suelem Lofiego Ribeiro, Sra. Marinéia Vasques Nascimento e Sr. Raimundo Vieira da Silva, em face da Prefeitura Municipal de Tonantins, acerca de possíveis irregularidades praticadas pela Administração Pública Municipal (fl. 2).
2. A representação está prevista no art. 288 da Resolução n.º 04/2002 – TCE/AM, sendo cabível em situações que se afirme ou requeira a apuração de ilegalidade ou má gestão pública, bem como nos casos expressos em lei, especialmente os referidos na Lei n.º 14.133/2021 ou Lei n.º 8.666/1993.
3. Em outras palavras, a representação é um instrumento de fiscalização e exercício do controle externo utilizado para se exigir da máquina pública a investigação sobre determinados fatos que aparentemente ensejam prejuízos ao erário. Considerando que a presente Representação tem como escopo apurar suposta ilegalidade em procedimento administrativo presidido por órgão público, constata-se que o caso em comento enquadra-se nas hipóteses elencadas no supracitado dispositivo.
4. Os requisitos estabelecidos, regimentalmente, para o recebimento da Representação são os seguintes:





- a) ser apresentada por qualquer pessoa, órgão, ou entidade, pública ou privada (art. 288, *caput* do RITCE/AM);
- b) em que se afirme ou se requeira a apuração de ilegalidade ou de má gestão pública (art. 288, *caput* do RITCE/AM);
- c) nos casos expressos em lei, especialmente os referidos na Lei de Licitações (art. 288, §1º, do RITCE/AM); e
- d) autuada pelo Departamento de Autuação, Estrutura e Distribuição Processual - Deap (art. 288, §2º, do RITCE/AM).

5. No que tange à legitimidade, constata-se que os representantes são pessoas físicas de direito privado se enquadrando como "qualquer pessoa", motivo pelo qual, está no rol de legitimados ativos para ingressar com representação.

6. Conforme narrado acima, os representantes alegam suposto ato de ilegalidade por parte da Prefeitura Municipal de Tonantins e requerem apuração por parte deste Tribunal, o que se enquadra nos motivos em que se fundam a Representação.

7. Ademais, os representantes apontam que os fatos narrados ferem dispositivos constitucionais e legais (fls. 4/6), e a presente representação foi autuada no Deap, pelo que entendo que os requisitos de admissibilidade foram cumpridos.

8. Acerca da competência do Tribunal de Contas, para apreciar e deferir Medida Cautelar, faz-se necessário salientar que, com o advento da Lei Complementar Estadual n.º 114, de 23 de janeiro de 2013, que alterou a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, confirmou-se expressamente a possibilidade do instituto de medida cautelar, conforme previsão no inciso XX do art. 1º da Lei n.º 2.423/1996 e do inciso XIX do art. 5º da Resolução n.º 04/2002 – TCE/AM.

9. Portanto, em atenção ao poder geral de cautela conferido aos Tribunais de Contas, verifica-se que esta Corte é competente para prover cautelares a fim de neutralizar situações de lesividade ao interesse público, assim, conferindo real efetividade às suas deliberações finais, conforme previsto no art. 42-B, incisos I a IV, da Lei n.º 2.423/1996 (redação dada pela Lei Complementar n.º 204 de 16/01/2020).

10. Tais questões devem ser apuradas pelo relator do feito, nos moldes do art. 3º, II da Resolução n.º 03/2012 TCE/AM. Pelo exposto, **torno sem efeito o Despacho n.º 204/2025 - GP** em virtude de erros materiais e, com fulcro na Resolução n.º 03/2012 e no Regimento Interno do TCE/AM, **ADMITO** a presente Representação, nos



termos da primeira parte do art. 3º, II da Resolução n.º 03/2012-TCE/AM; e determino à Gratificação Técnica Especializada em Medidas Processuais Urgentes - **GTE-MPU** que adote as seguintes providências:

- a) **PUBLIQUE** o presente Despacho no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AM, em até 24 (vinte e quatro) horas, consoante dispõe o art. 42-B, § 8º, da Lei n.º 2.423/1996, observando a urgência que o caso requer;
- b) **DÊ CIÊNCIA** aos representantes e à representada deste despacho; e
- c) **ENCAMINHE** os autos ao devido relator do feito, para que proceda à apreciação da Medida Cautelar, nos termos do art. 42-B da Lei n.º 2.423/1996 c/c art. 3º, inciso II, da Resolução n.º 03/2012 – TCE/AM.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2025.


YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

CAUTELARES

PROCESSO: 10.295/2025

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO HOSPITAL ADRIANO JORGE - FHAJ

NATUREZA: REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR

REPRESENTANTE: CACE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRÔNICOS LTDA

OBJETO: REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR INTERPOSTA PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES PRATICADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DECISÃO MONOCRÁTICA

Tratam os autos de Representação com pedido de medida cautelar interposta pela empresa Cace Manutenção Hospitalar Ltda em face da Fundação Hospital Adriano Jorge – FHAJ e do Centro de Serviços Compartilhados - CSC, acerca de possíveis irregularidades praticadas pela Administração Pública.





A Excelentíssima Conselheira-Presidente, Dra. Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, manifestou-se por meio do Despacho n. 82/2025 – GP (fls. 367/369), admitindo o presente processo de Representação, ordenando a publicação do Despacho que tomou conhecimento do fato, nos termos do artigo 42-B, §8º, da Lei n. 2.423/96, e, por fim, determinou que os autos fossem encaminhados ao Relator para apreciação da medida cautelar.

Acerca do instituto da Representação nesta Corte de Contas, pode-se afirmar que a mesma é um instrumento que visa apuração de possíveis irregularidades ou má gestão na Administração Pública, conforme se depreende da leitura do art. 288, da Resolução n. 04/2002, *in verbis*:

Resolução n. 04/2002

Art. 288. O Tribunal receberá de qualquer pessoa, Órgão ou Entidade, pública ou privada, representação em que se afirme ou se requeira a apuração de ilegalidade ou de má gestão pública.

No primeiro momento em que os autos ingressaram nesta Corte, identifiquei a legitimidade ativa para interposição desta Representação, evidenciando que a empresa Cace Manutenção Hospitalar Ltda. possui total legitimidade para ingressar com a presente demanda. Desta forma, tendo em vista que a inicial já foi aceita pela Presidente desta Egrégia Corte de Contas, entendo que deve ser dado prosseguimento a mesma.

Ultrapassada a breve análise da legitimidade ativa, este Relator prossegue com a análise do feito, iniciando com explanações que evidenciam a possibilidade dos Tribunais de Contas se manifestarem em sede Cautelar. Explico.

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre referida competência. O Ministro Celso de Mello, por meio do Mandado de Segurança nº 26.547 MC/DF, de 23.05.2007, reconheceu tal competência, como se pode observar na Ementa a seguir transcrita:

“TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PODER GERAL DE CAUTELA. LEGITIMIDADE. DOUTRINA DOS PODERES IMPLÍCITOS. PRECEDENTE (STF). Consequente possibilidade de o Tribunal de Contas expedir provimentos cautelares, mesmo sem audiência da parte contrária, desde que mediante decisão fundamentada. Deliberação do TCU, que, ao deferir a medida cautelar, justificou, extensamente, a outorga desse provimento de urgência. Preocupação da Corte de Contas em atender, com tal conduta, a





exigência constitucional pertinente à necessidade de motivação das decisões estatais. Procedimento administrativo em cujo âmbito teriam sido observadas as garantias inerentes à cláusula constitucional do *due process of law* (...).”

Ao tratar do assunto em sua Decisão, o Ministro Celso de Mello assim afirma:

“O TCU tem legitimidade para expedição de medidas cautelares, a fim de prevenir a ocorrência de lesão ao erário ou a direito alheio, bem como garantir a efetividade de suas decisões, consoante entendimento firmado pelo STF.

Em sendo o provimento cautelar medida de urgência, admite-se sua **concessão 'inaudita altera parte'** sem que tal procedimento configure ofensa às garantias do contraditório e ampla defesa, ainda mais quando se verifica que, em verdade, o exercício dos referidos direitos, observado o devido processo legal, será exercido em fase processual seguinte.

(...)

Com efeito, impende reconhecer, desde logo, que assiste, ao Tribunal de Contas, poder geral de cautela. Trata-se de prerrogativa institucional que decorre, por implicitude, das atribuições que a Constituição expressamente outorgou à Corte de Contas.

Entendo, por isso mesmo, que o poder cautelar também compõe a esfera de atribuições institucionais do Tribunal de Contas, pois se acha instrumentalmente vocacionado a tornar efetivo o exercício, por essa Alta Corte, das múltiplas e relevantes competências que lhe foram diretamente outorgadas pelo próprio texto da Constituição da República.

Isso significa que a atribuição de poderes explícitos, ao Tribunal de Contas, tais como enunciados no art. 71 da Lei Fundamental da República, supõe que se reconheça, a essa Corte, ainda que por implicitude, a possibilidade de conceder provimentos cautelares vocacionados a conferir real efetividade às suas deliberações finais, permitindo, assim, que se neutralizem situações de lesividade, atual ou iminente, ao erário.”

Assim, como bem colocado pelo Ministro Celso de Mello e já reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas possui competência para analisar e conceder, preenchidos os pressupostos legalmente exigidos, Medida Cautelar.

Por meio da Decisão Monocrática de fls. 379/384 este Relator entendeu prudente notificar os responsáveis envolvidos no feito para apresentarem documentos e/ou justificativas com o fito de complementar a instrução processual. Houve o envio das notificações de fls. 385/393, bem como, existiu a publicação do ato (fls. 394/399), e, conseqüentemente, houve a apresentação de defesa às fls. 400/798.





Ponderando de forma mais detalhada o caso em questão, verifica-se que a irrisignação da empresa Representante recai sobre a sua desclassificação do certame, supostamente realizada de forma arbitrária, diante da apresentação de valores inexecutáveis em sua proposta, aponta, ainda, que por se tratar de licitação com valor estimado sigiloso, que houve vícios e falta de transparência e imparcialidade na condução do certame.

Em sede de defesa, o Centro de Serviços Compartilhado – CSC/AM demonstrou que a desclassificação da empresa Representante ocorreu de forma regular e devida no curso do procedimento licitatório. O CSC/AM demonstrou que a empresa Representante (Proponente 05) foi desclassificada do certame pois apresentou em sua composição de custos dos profissionais, a figura do **Auxiliar Administrativo**, respectivamente com o seu salário, contudo, o Termo de Referência exigiu categoricamente no quadro de funcionários, a figura do **Assistente Administrativo**, com o respectivo salário especificado pela categoria.

Portanto, restou evidenciado que, ao revés do afirmado pela empresa Representante, a desclassificação da mesma ocorreu pela não observância ao subitem 11.7, alínea a do Instrumento Convocatório, bem como, pela inobservância ao disposto no Item 4.8.2 do Termo de Referência.

De fato, identifica-se que a desclassificação da empresa Representante ocorreu diante da inconformidade da descrição do profissional inserido na Planilha de Custo da Representante e o profissional exigido no Termo de Referência do procedimento licitatório em tela, o que levou a apresentação de um valor inferior ao que seria exigido caso a proposta estivesse corretamente formulada.

Filio-me ao fato de que a inexecutabilidade não é o fator único para a desclassificação da empresa Representante, uma vez que o erro material na composição da planilha não poderia ser sanado por meio de diligência, pois qualquer retificação na planilha para corrigir o cargo indicado, necessariamente implicaria majoração da proposta.

Assim, diante das demonstrações feitas acima, entendo que a Representante não logra êxito em demonstrar afronta a qualquer preceito legal que venha colocar em risco o no Pregão Eletrônico n. 653/2024 – CSC, motivo pelo qual este Relator NÃO VISLUMBRA a existência de todos os requisitos imperativos para a concessão do pleito cautelar em voga que sustente o pedido requerido pela parte.



Portanto, entendo que, no presente momento, as medidas a serem adotadas **NÃO** estão revestidas pela urgência e celeridade necessárias para configurar os requisitos para a concessão da medida cautelar; **NÃO** representam perigo de dano IRREPARÁVEL, razão pelo qual entendo prudente que a **medida cautelar NÃO seja deferida.**

Porém, não pretendo com isso eximir qualquer necessidade de apuração dos argumentos aqui trazidos, ao revés, entendo de suma relevância a investigação detalhada dos fatos objeto desta Representação, motivo pelo qual penso ser imprescindível que a mesma siga seu tramite regular dentro desta Corte de Contas, prosseguindo com a análise do mérito da demanda, nos termos dispostos no art. 288 do Regimento Interno desta Corte de Contas.

Ante o exposto, **NÃO CONCEDO A MEDIDA CAUTELAR REQUERIDA PELA EMPRESA CACE MANUTENÇÃO HOSPITALAR LTDA**, uma vez que a presente demanda **NÃO** está revestida da urgência e celeridade necessárias à concessão das medidas cautelares, devendo a mesma prosseguir com a regular tramitação processual, a fim de que os autos sejam remetidos ao Órgão Técnico e ao douto Ministério Público de Contas para análise técnica e jurídica dos acontecimentos narrados.

Com base nesses argumentos, e, diante dos fatos e fundamentos trazidos aos autos pela Representada, este Relator DETERMINA:

1. **QUE A MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA 'INAUDITA ALTERA PARTE' PELA EMPRESA CACE MANUTENÇÃO HOSPITALAR LTDA, NÃO SEJA CONCEDIDA**, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Resolução n. 03/2012 – TCE/AM;
2. **A REMESSA DOS AUTOS** à GTE - Medidas Processuais Urgentes, a fim de adotar as seguintes providências:
 - a) **PUBLICAÇÃO DA PRESENTE DECISÃO** no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal em até 24 (vinte e quatro) horas, em observância a segunda parte do artigo 5º, da Resolução n. 03/2012;



- b) **Ciência da presente à empresa Cace Manutenção Hospitalar LTDA**, na qualidade de Representante da presente demanda;
 - c) **Notificação dos responsáveis pelo Fundação Hospital Adriano Jorge – FHAJ e pelo Centro de Serviços Compartilhados do Estado do Amazonas – CSC/AM** – para ciência da presente decisão;
 - d) Não ocorrendo de forma satisfatória a notificação pessoal dos interessados, que a mesma se proceda pela via editalícia, nos termos estabelecidos no art. 71, III, da Lei n. 2423/96 e art. 97, da Resolução n. 04/02-TCE/AM;
3. Após o cumprimento das determinações acima, **REMETER OS AUTOS À DILCON** – por figurar como o Órgão Técnico responsável – **E PARA O DOUTO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, para a adoção das medidas que entenderem pertinentes ao prosseguimento do trâmite ordinário do presente processo, de forma a viabilizar a manifestação dos mesmos quanto ao mérito da presente demanda e/ou acerca da documentação e justificativas aqui apresentadas; e,
4. Por fim, **RETORNEM OS AUTOS CONCLUSOS AO RELATOR DO FEITO** para apreciação meritória da presente Representação.

GABINETE DE CONSELHEIRO-SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2025.

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro Substituto





PROCESSO: 10.686/2025

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Tonantins.

NATUREZA: Representação

ESPÉCIE: Medida Cautelar.

OBJETO: Representação com Pedido de Medida Cautelar interposto pela Sra. Suelem Lofiego Ribeiro, Sra. Marinéia Vasques Nascimento e Sr. Raimundo Vieira da Silva, em face da Prefeitura Municipal de Tonantins, acerca das irregularidades do Processo Seletivo Simplificado-PSS/SEMED nº 01/2025.

RELATOR: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de Representação com Pedido de Medida Cautelar interposta pela Sra. Suelem Lofiego Ribeiro, Sra. Marinéia Vasques Nascimento e Sr. Raimundo Vieira da Silva, em face da Prefeitura Municipal de Tonantins, acerca das irregularidades do Processo Seletivo Simplificado-PSS/SEMED nº 01/2025.

Na Inicial (págs. 2/7) protocolada em 14 de fevereiro de 2025, o Representante alega irregularidades no Processo Seletivo Simplificado - PSS/SEMED nº 001/2025, promovido pela Prefeitura de Tonantins, cujo objeto é a contratação de professores para rede de ensino infantil e fundamental no município.

Dentre as eventuais irregularidades: (a) possível violação aos princípios da isonomia, moralidade e eficiência e (b) descumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

Ao final, requer: (a) a concessão da medida cautelar para imediata suspensão do processo seletivo; (b) investigação para apurar possíveis irregularidades no certame; (c) notificação do órgão responsável para prestar esclarecimentos sobre os critérios adotados; (d) a anulação das contratações caso sejam confirmadas as irregularidades apontadas; (e) instauração de procedimentos administrativos para apuração de infrações político-administrativas da Secretária Municipal de Educação e Prefeito de Tonantins.

De início, cabe mencionar que a Representação foi admitida mediante Despacho nº 220/2025-GP (págs. 126/128), da Presidência desta Corte de Contas, nos termos da primeira parte do art. 3º, II da Resolução n.º 03/2012-TCE/AM.





Ato contínuo, os autos foram encaminhados a esta Relatoria.

A Lei Estadual nº 2423/1996 estabelece que este Tribunal de Contas pode adotar medida cautelar, em caso de urgência, diante da plausibilidade do direito invocado e de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, com ou sem prévia oitiva da parte ou do interessado.

O art. 42-B, §2º, do mencionado dispositivo legal, estabelece que:

“Art. 42-B. (*omissis*)

(...)

§ 2º - Se o relator monocraticamente - ou o Tribunal Pleno, quando a matéria lhe for submetida pelo relator - entender que, antes de ser adotada a medida cautelar, deva o responsável ser ouvido, **o prazo para a resposta será de até cinco dias úteis**, com o posterior exame do caso.”

No mesmo sentido, assevera a Resolução nº 03/2012 – TCE/AM:

“Art. 1º O Tribunal Pleno, a Presidência do Tribunal ou o Relator, em caso de urgência, diante da plausibilidade do direito invocado e de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, poderá, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte ou do interessado, determinando, entre outras providências:

(...)

§2º Se o Tribunal Pleno, o Presidente ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, **o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.**”

Dessa maneira, acautelo-me, neste primeiro momento, quanto à concessão da medida cautelar pleiteada, entendendo que, antes da apreciação do pedido, a Prefeitura Municipal de Tonantins necessita ser ouvida. Razão pela qual concedo-lhe prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação.





Assim, com fundamento no art. 42-B, da Lei Orgânica desta Corte c/c art. 1º, §2º, da Resolução nº 03/2012 - TCE/AM, remeto os autos ao GTE-MPU para:

- **Oficiar a Prefeitura Municipal de Tonantins** para que tomem ciência da Representação e desta Decisão Monocrática, concedendo-lhes prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação acerca dos fatos narrados na petição inicial, encaminhando-lhes respectivas cópias;
- **Publicar** a presente Decisão Monocrática no Diário Oficial Eletrônico - DOE deste Tribunal de contas em até 24 horas, em observância à redação do art. 42-B da Lei Estadual nº 2.423/1996 e do art. 5º da Resolução nº 03/2012-TCE/AM.

Adotadas as providências acima, transcorrido o prazo concedido, apresentada ou não manifestação, devolvam-me os autos ao meu Gabinete.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2025.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro-Relator





ESCOLA DE CONTAS

Resultado Final do Concurso Soluções Sustentáveis na Amazônia

O Coordenador – Geral da Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (ECP/TCE/AM), no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado final do Edital N° 001/2024 que estabelece o concurso Soluções Sustentáveis na Amazônia.

Classificação	Projeto	Professor(a) Coordenador(a)	Escola	Município
1º Lugar	Arborização e práticas de Educação Ambiental na Escola Estadual Geny Bentes de Jesus	PATRICIA ROSANEIDE NUNES PEREIRA	Escola Estadual Geny Bentes De Jesus	Parintins
2º Lugar	Transformando os resíduos sólidos em Tecnologia utilizando a sucata em protótipos para a construção de robôs	LEANDRO RAMOS FURTADO	Escola Municipal Professora Suzete Tundis Carvalho	Urucurituba
3º Lugar	O lixo não é tão “lixo” assim: Gerenciamento de resíduos sólidos na Escola Almirante Ernesto de Mello Baptista	MARY LUCI SOUZA CASTRO FLORENCIO	Escola Estadual Almirante Ernesto de Mello Baptista	Manaus



JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Coordenador-Geral da Escola de Contas Públicas





EDITAIS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA Nº 12/2025 – DIATV

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto nos arts. 20, 71, inciso III, 81, inciso III, da Lei nº 2.423/1996 e art. 97, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM combinado com o art. 5º, inciso LV, da CF/88, em cumprimento ao Despacho do Excelentíssimo Conselheiro - Relator Sr. **Mario Manoel Coelho De Mello**, fica **NOTIFICADO o SR. LUCAS MENDES DOS SANTOS** para, no **prazo de 15 (quinze) dias**, a contar da última publicação deste, apresentar justificativas que devem ser encaminhadas pelo Domicílio Eletrônico de Contas, via Portal TCE/AM no link: <https://dec.tce.am.gov.br/dec/login.jsf>, acerca das restrições e/ou questionamentos elencados na **Notificação Nº 1211/2024 - DIATV (fls. 278/279)**, contida no **Processo TCE Nº 14698/2024**, que trata Prestação de Contas de Transferência Voluntária do Termo de Fomento Nº 006/2021, de responsabilidade do Sr. Jani Kenta Iwata, firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – SES e a Associação dos Pais de Crianças Cardiopatas do Estado do Amazonas - APACC, tendo como objeto o Repasse de recursos financeiros, no valor global de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), decorrentes da Emenda Parlamentar nº 37940005, de autoria do Senador Omar Aziz, a fim de diagnosticar e prevenir a Covid-19 na população carente do Amazonas.

DIRETORIA DE AUDITORIA EM TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 12 fevereiro de 2025.


MARCO HUGO HENRIQUES DAS NEVES
Diretor de Controle Externo de Auditoria
de Transferências Voluntárias

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 3/2025-DICAMI

Processo nº 14.288/2023. Apuração de Atos de Gestão em cumprimento ao Despacho Nº 872/2023 – GCMELLO, exarado na apreciação da Prestação de Contas Anual da Prefeitura de Japurá, exercício 2020. **Responsável: Sra. GRACINEIDE LOPES DE SOUZA**, Ex-Prefeita e ordenadora de despesas.

Prazo: 30 dias.

RELATOR: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello

Pelo presente Edital, faço saber a todos, para que se cumpra o art. 5º, inciso LV, da CF/88, na forma e para os efeitos legais do disposto nos arts. 20, 71, III, 81, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c os arts. 86, 97, I e II, da Resolução n.º 04/2002-TCE, e ainda o Despacho do Sr. Relator, fica **NOTIFICADA a Sra. GRACINEIDE LOPES DE SOUZA**, Ex-Prefeita Municipal de Japurá, exercício 2020, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da última publicação deste, apresentar justificativas e/ou documentos como razões de defesa, acerca dos achados de auditoria constantes na **Notificação nº 9/2025-DICAMI**. Tanto o requerimento das peças necessárias ao exercício do contraditório, quanto a resposta deste edital deverão ser realizadas via **DOMICÍLIO ELETRÔNICO DE CONTAS DO TCE/AM - DEC**





instituído pela Portaria nº 939/2022-GPDRH, o qual poderá ser acessado diretamente no Portal do TCE, no endereço <https://dec.tce.am.gov.br/dec/login.jsf>. Quaisquer dúvidas relativas ao cadastro, acesso ao sistema ou protocolo de documentos podem ser sanadas por meio da Central de Ajuda DEC, localizada no endereço <https://sites.google.com/tce.am.gov.br/central-de-ajuda-dec?pli=1>. Ressalta-se que a adesão ao sistema é obrigatória por parte de qualquer pessoa que for parte em processos de controle externo no âmbito do Tribunal de Contas.

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 13 de fevereiro de 2025.

ROGÉRIO BÓSSAN RANGEL
Diretor em substituição do Controle Externo
da Administração dos Municípios do Interior

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO SEGUNDA CÂMARA

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 71, da Lei n.º 2423/96 – TCE, e art. 97, I e § 2º, da Resolução TCE n.º 04/02, combinado com o art. 5º, LV, da CF/88, fica **NOTIFICADA a Sra. GEILANE EVANGELISTA DE OLIVEIRA**, para tomar ciência do **Acórdão nº 2090/2024-TCE-SEGUNDA CÂMARA**, exarado nos autos do Processo TCE nº **15.043/2024**, que trata da sua Aposentadoria, publicado no D.O.E. de 22/01/2025. Observo que, na forma da Portaria nº 939/2022-GPDRH, D.O.E. de 22/02/2024, as respostas aos Ofícios e Notificações desta Corte de Contas deverão ser enviadas pelo **Domicílio eletrônico de Contas – DEC**, o qual poderá ser acessado no portal do TCE no link: <https://dec.tce.am.gov.br/dec/login.jsf> ou pela Central de Ajuda no endereço: <https://sites.google.com/tce.am.gov.br/central-de-ajuda-dec>. Ressalta-se que a adesão ao DEC é obrigatória por parte de qualquer pessoa que for parte em processo de controle externo no âmbito do TCE, sob pena de aplicação de multa (art.9º da mesma portaria)

DIRETORIA DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 13 de fevereiro de 2025.

RITA DE CÁSSIA PINHEIRO TELLES DE CARVALHO
Diretora da Segunda Câmara





Diário Oficial Eletrônico

■ Edição nº 3497 pág.65

Manaus, 17 de Fevereiro de 2025

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2025 – DICOP

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 97, caput, §2º, da Resolução Nº 04/2002-TCE/AM, em cumprimento ao Despacho do Exmo. Conselheiro-Relator Érico Xavier Desterro e Silva, fica **NOTIFICADA a empresa S A DE A MAGALHÃES – ME**, empresa contratada para execução da obra, para no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da última publicação deste, comparecer ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, situado na Avenida Efigênio Sales, nº 1155, Parque Dez de Novembro, a fim de apresentar documentos e/ou justificativas para as restrições elencadas no **Relatório de Vistoria Nº 255/2024-DICOP (Notificação Nº 668/2024-DICOP)**, reunidos no **Processo TCE Nº 12.100/2024**, que trata da **Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS, de responsabilidade do Sr. Luis Fonseca de Araújo Filho, Ordenador de Despesas à época, referente ao exercício de 2023**, conforme disposto no Art. 20, §2º da Lei nº 2.423/96, através do **Domicílio Eletrônico de Contas – DEC** (conforme disposto na Portaria Nº 939/2022-GPDRH), a recepção de documentos funciona todos os dias, 24 horas por dia, podendo ser acessado diretamente no Portal deste TCE/AM, através do link: <https://dec.tce.am.gov.br/dec/login.jsf>, ou pela Central de Ajuda, através do link <https://sites.google.com/tce.am.gov.br/central-de-ajuda-dec?pli=1>.

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS PÚBLICAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 7 de fevereiro de 2025.

EUDERIQUES PÉREIRA MARQUES
Diretor de Controle Externo de Obras Públicas

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003/2025 – DICOP

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 97, caput, §2º, da Resolução Nº 04/2002-TCE/AM, em cumprimento ao Despacho do Exmo. Conselheiro-Relator Érico Xavier Desterro e Silva, fica **NOTIFICADO o Sr. Ramon da Silva Cavalcante**, Fiscal do Contrato, para no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da última publicação deste, comparecer ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, situado na Avenida Efigênio Sales, nº 1155, Parque Dez de Novembro, a fim de apresentar documentos e/ou justificativas para as restrições elencadas no **Relatório de Vistoria Nº 204/2024-DICOP (Notificação Nº 667/2024-DICOP)**, reunidos no **Processo TCE Nº 12.100/2024**, que trata da **Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS, de responsabilidade do Sr. Luis Fonseca de Araújo Filho, Ordenador de Despesas à época, referente ao exercício de 2023**, conforme disposto no Art. 20, §2º da Lei nº 2.423/96, através do **Domicílio Eletrônico de Contas – DEC** (conforme disposto na Portaria Nº 939/2022-GPDRH), a recepção de documentos funciona todos os dias, 24 horas por dia, podendo ser acessado diretamente no Portal deste TCE/AM, através do link: <https://dec.tce.am.gov.br/dec/login.jsf>, ou pela Central de Ajuda, através do link <https://sites.google.com/tce.am.gov.br/central-de-ajuda-dec?pli=1>.

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS PÚBLICAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 7 de fevereiro de 2025.

EUDERIQUES PÉREIRA MARQUES
Diretor de Controle Externo de Obras Públicas





Presidente

Cons. Yara Amazônia Lins Rodrigues

Vice-Presidente

Cons. Luis Fabian Pereira Barbosa

Corregedor-Geral

Cons. Josué Cláudio de Souza Neto

Ouvidor-Geral

Cons. Mario Manoel Coelho de Mello

Coordenador-Geral da Escola de Contas Públicas

Cons. Júlio Assis Corrêa Pinheiro

Presidentes das Câmaras

Cons. Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior

Cons. Érico Xavier Desterro e Silva

Auditores

Mário José de Moraes Costa Filho

Alípio Reis Firmo Filho

Luiz Henrique Pereira Mendes

Alber Furtado de Oliveira Junior

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do TCE/AM

João Barroso de Souza

Procuradores

Carlos Alberto Souza de Almeida

Elissandra Monteiro Freire

Elizângela Lima Costa Marinho

Evanildo Santana Bragança

Evelyn Freire de Carvalho

Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Secretário-Geral de Administração

Antônio Carlos Souza da Rosa Junior

Secretário-Geral de Controle Externo

Mario Augusto Takumi Sato

Secretária-Geral do Tribunal Pleno

Bianca Figliuolo

Secretário de Tecnologia da Informação

Elynder Belarmino da Silva Lins

Secretário de Inteligência

Sérgio Lúcio Mar dos Santos Fontes

Telefones Úteis

PRESIDÊNCIA 3301-8198 / **OUVIDORIA** 3301-8222/0800-208-0007 / **ESCOLA DE CONTAS** 3301-8301/ **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** 3301-8186 / **SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO** 3301-8153 / **SECRETARIA DE TECNOLOGIA** 3301-8119/ **LICITAÇÃO** 3301-8150 / **COMUNICAÇÃO** 3301- 8180 / **DIRETORIA DO MPC** 3301-8232 / **PROTOCOLO** 3301-8112

